

CORREIO PAULISTANO

Director Geral, FLAMINIO FERREIRA

PROPRIEDADE DE UMA SOCIEDADE ANONIMA

Gerente, EDGARD NOBRE DE CAMPOS

SALA DE REDACAO E ADMINISTRACAO
PRAÇA DR. ANTONIO PRADO — CALÇA DO CORREIO, D

S. PAULO — TERÇA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1928

FUNDADO EM 1854 — NUMERO 22517

Café-Algodão e Cambio

Serviços do Commercial Telegram Bureaux e dos nossos correspondentes

CAFE'	
BOLSA DE SANTOS	
DIA 26.	
COTAÇÃO DA BOLSA OFFICIAL	
Disponível	
Disponível, tipo 4, por 10 kilos	
Foram vendidas 28.000 sacos.	
PAUTA	
Café paulista	
Café mineiro	
COTAÇÃO DO TERMO A'S 15.30	
Hoje Mont.	
Abril	
Maio	
Junho	
Setembro	
Dezembro	
Vendas	
Café paulista	
Café mineiro	
COTAÇÃO DO TERMO A'S 15.30	
Hoje Mont.	
Abril	
Maio	
Junho	
Setembro	
Dezembro	
Vendas	
Café paulista	
Café mineiro	
COTAÇÃO DO TERMO A'S 15.30	
Hoje Mont.	
Abril	
Maio	
Junho	
Setembro	
Dezembro	
Vendas	
Café paulista	
Café mineiro	

BOLSA DE NOVA YORK	
DIA 26.	
ABERTURA	
Hoje Mont.	
Abril	
Maio	
Junho	
Setembro	
Dezembro	
Vendas	
Café paulista	
Café mineiro	
COTAÇÃO DO TERMO A'S 15.30	
Hoje Mont.	
Abril	
Maio	
Junho	
Setembro	
Dezembro	
Vendas	
Café paulista	
Café mineiro	
COTAÇÃO DO TERMO A'S 15.30	
Hoje Mont.	
Abril	
Maio	
Junho	
Setembro	
Dezembro	
Vendas	
Café paulista	
Café mineiro	

BOLSA DO RIO	
DIA 26.	
ABERTURA	
Hoje Mont.	
Abril	
Maio	
Junho	
Setembro	
Dezembro	
Vendas	
Café paulista	
Café mineiro	
COTAÇÃO DO TERMO A'S 15.30	
Hoje Mont.	
Abril	
Maio	
Junho	
Setembro	
Dezembro	
Vendas	
Café paulista	
Café mineiro	
COTAÇÃO DO TERMO A'S 15.30	
Hoje Mont.	
Abril	
Maio	
Junho	
Setembro	
Dezembro	
Vendas	
Café paulista	
Café mineiro	

BOLSA DO RIO	
DIA 26.	
ABERTURA	
Hoje Mont.	
Abril	
Maio	
Junho	
Setembro	
Dezembro	
Vendas	
Café paulista	
Café mineiro	
COTAÇÃO DO TERMO A'S 15.30	
Hoje Mont.	
Abril	
Maio	
Junho	
Setembro	
Dezembro	
Vendas	
Café paulista	
Café mineiro	
COTAÇÃO DO TERMO A'S 15.30	
Hoje Mont.	
Abril	
Maio	
Junho	
Setembro	
Dezembro	
Vendas	
Café paulista	
Café mineiro	

TELEGRAMAS

Dr. Alar Prata
COGITA-SE DE SUA ELEIÇÃO PARA DIRECTOR DO BANCO DO BRASIL.
RIO, 26 (Especial) — Parece estar assentada a eleição do sr. Alar Prata para director do Banco do Brasil, na próxima assembleia de accionistas, a realizar-se a 2 de maio proximo.
Sendo eleito, o sr. Alar Prata deixará o cargo de prefeito, a cinco do mez entrante.
É provavel que o seu successor na Prefeitura seja o sr. dr. Geromario Dantas, director geral da Fazenda Municipal.

Um curioso processo de deserção
EM MILITAR QUE NAO TEVE CONHECIMENTO DA SUA SITUAÇÃO, DEVIDO A LOUCURA
RIO, 26 — (Especial) — Foi curioso o processo de deserção em que se viu envolvido o 1.º tenente da Armada Felismino Villa Nova Machado, hoje julgado em grau de agravo pelo Supremo Tribunal Militar. Ha tres annos, com ordem de seguir para o Amazonas, aquelle official desappareceu. Surgindo depois como deserter, allegou em seu favor não ter tido durante todo aquelle tempo conhecimento da sua situação, por haver esquecido em consequencia do fortissimo ataque de Impulsão. Como unica prova do allegado, juntou attestações medicas em que os profissores consultados dizem ser o ilustre militar incapaz de produzir lousura. Fôra absolvido, mas o procurador geral aggravou, sendo hoje julgado o agravo.

Auxilio a uma escola agricola
RIO, 26 (A) — Em aviso ao Tribunal de Contas, o sr. ministro da Agricultura, solicitou providencias para o pagamento do auxilio que compete em 1928 à Escola Agricola "Cel. José Vicente", em Lorena, S. Paulo, na importância de 12.150\$.

Providencias para a retirada de um hydro-avião da Alfandega
RIO, 26 (A) — Tendo a Cia. Navegação Lloyd Brasileiro doado à Marinha Nacional um hydro-avião, cujo fôro encontrado pelo paquete "Camamu", perdido em pleno Oceano, completamente abandonado, quando navegava esse navio em demanda de um dos portos da America do Norte, o sr. ministro da Marinha solicitou do seu collega, da posta de Fazenda as necessarias providencias afim de que a Inspeccao da Alfandega desta capital autorize a retirada

do referido aparelho; independentemente de pagamento de direitos aduaneiros, e das demais taxas de expedientes, para ser o navio entregue ao deposito naval desta capital.
O referido hydro-avião foi baldado de bordo do "Camamu", em Santos, para bordo do vapor "Alcagete", da mesma companhia, entrada de 11 deste porto, a 11 do corrente, e dada a condução de sua procedencia, não ha qualquer documentação de embarque, em poder do Lloyd Brasileiro.

As vendas de café na Bolsa
RIO, 26 (Especial) — Durante a ultima sessão foram vendidas na bolsa 20.000 sacos de café.

Vales ouro á Alfandega
RIO, 26 (Especial) — O Banco do Brasil emittiu vales ouro á Alfandega a razão de 287\$8 mil réis, ouro. Esse banco contou o dollar a vista a 7\$100, e a prazo a 7\$140.

O tempo
RIO, 26 (Especial) — A temperatura maxima foi de 24,3, e a minima de 17,1. Tempo será bom, sujeito a nebulosidade. Nos Estados do sul o tempo, será bom, nublado, salvo no littoral de S. Paulo, onde passará a bom. Instabilidade-se-á no Rio Grande. A temperatura usará em ascensão, mais accentuada no Rio Grande.

Pedido de despejo julgado improcedente
RIO, 26 (Especial) — Agostinho José Rodrigues pediu no juiz da 2.ª vara civil, o despejo de um inquilino, allegando que o contrato com este, celebrado antes da promulgação da lei de inquilinato, estava vencido e que o mesmo continua a reter o predio locado.
Tal pedido foi julgado improcedente, uma vez que não houve por parte do proprietario notificação com prazo de seis meses de antecedencia, para que a locação pudesse ser considerada como não prorrogada. Não se conformando o proprietario, foram os autos a corte de apelação, que hoje confirmou unanimemente a sentença appellada.

As negociações a termo
AS COTAÇÕES DE HOJEM DO CAFE, ASSUAC E ALGODÃO
RIO, 26 (Especial) — O mercado de café a termo teve nas seguintes cotações na 1.ª bolsa. — Com vendedores para abril a 2\$5100, para maio a 2\$5300, para junho a 2\$5500, para setembro a 2\$5800, para dezembro a 2\$6000, para janeiro a 2\$6200, para fevereiro a 2\$6400, para março a 2\$6600, para abril a 2\$6800, para maio a 2\$7000, para junho a 2\$7200, para setembro a 2\$7500, para dezembro a 2\$7800, para janeiro a 2\$8000, para fevereiro a 2\$8200, para março a 2\$8400, para abril a 2\$8600, para maio a 2\$8800, para junho a 2\$9000, para setembro a 2\$9300, para dezembro a 2\$9600, para janeiro a 2\$9800, para fevereiro a 3\$0000, para março a 3\$0200, para abril a 3\$0400, para maio a 3\$0600, para junho a 3\$0800, para setembro a 3\$1100, para dezembro a 3\$1400, para janeiro a 3\$1600, para fevereiro a 3\$1800, para março a 3\$2000, para abril a 3\$2200, para maio a 3\$2400, para junho a 3\$2600, para setembro a 3\$2900, para dezembro a 3\$3200, para janeiro a 3\$3400, para fevereiro a 3\$3600, para março a 3\$3800, para abril a 3\$4000, para maio a 3\$4200, para junho a 3\$4400, para setembro a 3\$4700, para dezembro a 3\$5000, para janeiro a 3\$5200, para fevereiro a 3\$5400, para março a 3\$5600, para abril a 3\$5800, para maio a 3\$6000, para junho a 3\$6200, para setembro a 3\$6500, para dezembro a 3\$6800, para janeiro a 3\$7000, para fevereiro a 3\$7200, para março a 3\$7400, para abril a 3\$7600, para maio a 3\$7800, para junho a 3\$8000, para setembro a 3\$8300, para dezembro a 3\$8600, para janeiro a 3\$8800, para fevereiro a 3\$9000, para março a 3\$9200, para abril a 3\$9400, para maio a 3\$9600, para junho a 3\$9800, para setembro a 4\$0100, para dezembro a 4\$0400, para janeiro a 4\$0600, para fevereiro a 4\$0800, para março a 4\$1000, para abril a 4\$1200, para maio a 4\$1400, para junho a 4\$1600, para setembro a 4\$1900, para dezembro a 4\$2200, para janeiro a 4\$2400, para fevereiro a 4\$2600, para março a 4\$2800, para abril a 4\$3000, para maio a 4\$3200, para junho a 4\$3400, para setembro a 4\$3700, para dezembro a 4\$4000, para janeiro a 4\$4200, para fevereiro a 4\$4400, para março a 4\$4600, para abril a 4\$4800, para maio a 4\$5000, para junho a 4\$5200, para setembro a 4\$5500, para dezembro a 4\$5800, para janeiro a 4\$6000, para fevereiro a 4\$6200, para março a 4\$6400, para abril a 4\$6600, para maio a 4\$6800, para junho a 4\$7000, para setembro a 4\$7300, para dezembro a 4\$7600, para janeiro a 4\$7800, para fevereiro a 4\$8000, para março a 4\$8200, para abril a 4\$8400, para maio a 4\$8600, para junho a 4\$8800, para setembro a 4\$9100, para dezembro a 4\$9400, para janeiro a 4\$9600, para fevereiro a 4\$9800, para março a 5\$0000, para abril a 5\$0200, para maio a 5\$0400, para junho a 5\$0600, para setembro a 5\$0900, para dezembro a 5\$1200, para janeiro a 5\$1400, para fevereiro a 5\$1600, para março a 5\$1800, para abril a 5\$2000, para maio a 5\$2200, para junho a 5\$2400, para setembro a 5\$2700, para dezembro a 5\$3000, para janeiro a 5\$3200, para fevereiro a 5\$3400, para março a 5\$3600, para abril a 5\$3800, para maio a 5\$4000, para junho a 5\$4200, para setembro a 5\$4500, para dezembro a 5\$4800, para janeiro a 5\$5000, para fevereiro a 5\$5200, para março a 5\$5400, para abril a 5\$5600, para maio a 5\$5800, para junho a 5\$6000, para setembro a 5\$6300, para dezembro a 5\$6600, para janeiro a 5\$6800, para fevereiro a 5\$7000, para março a 5\$7200, para abril a 5\$7400, para maio a 5\$7600, para junho a 5\$7800, para setembro a 5\$8100, para dezembro a 5\$8400, para janeiro a 5\$8600, para fevereiro a 5\$8800, para março a 5\$9000, para abril a 5\$9200, para maio a 5\$9400, para junho a 5\$9600, para setembro a 5\$9900, para dezembro a 6\$0200, para janeiro a 6\$0400, para fevereiro a 6\$0600, para março a 6\$0800, para abril a 6\$1000, para maio a 6\$1200, para junho a 6\$1400, para setembro a 6\$1700, para dezembro a 6\$2000, para janeiro a 6\$2200, para fevereiro a 6\$2400, para março a 6\$2600, para abril a 6\$2800, para maio a 6\$3000, para junho a 6\$3200, para setembro a 6\$3500, para dezembro a 6\$3800, para janeiro a 6\$4000, para fevereiro a 6\$4200, para março a 6\$4400, para abril a 6\$4600, para maio a 6\$4800, para junho a 6\$5000, para setembro a 6\$5300, para dezembro a 6\$5600, para janeiro a 6\$5800, para fevereiro a 6\$6000, para março a 6\$6200, para abril a 6\$6400, para maio a 6\$6600, para junho a 6\$6800, para setembro a 6\$7100, para dezembro a 6\$7400, para janeiro a 6\$7600, para fevereiro a 6\$7800, para março a 6\$8000, para abril a 6\$8200, para maio a 6\$8400, para junho a 6\$8600, para setembro a 6\$8900, para dezembro a 6\$9200, para janeiro a 6\$9400, para fevereiro a 6\$9600, para março a 6\$9800, para abril a 7\$0000, para maio a 7\$0200, para junho a 7\$0400, para setembro a 7\$0700, para dezembro a 7\$1000, para janeiro a 7\$1200, para fevereiro a 7\$1400, para março a 7\$1600, para abril a 7\$1800, para maio a 7\$2000, para junho a 7\$2200, para setembro a 7\$2500, para dezembro a 7\$2800, para janeiro a 7\$3000, para fevereiro a 7\$3200, para março a 7\$3400, para abril a 7\$3600, para maio a 7\$3800, para junho a 7\$4000, para setembro a 7\$4300, para dezembro a 7\$4600, para janeiro a 7\$4800, para fevereiro a 7\$5000, para março a 7\$5200, para abril a 7\$5400, para maio a 7\$5600, para junho a 7\$5800, para setembro a 7\$6100, para dezembro a 7\$6400, para janeiro a 7\$6600, para fevereiro a 7\$6800, para março a 7\$7000, para abril a 7\$7200, para maio a 7\$7400, para junho a 7\$7600, para setembro a 7\$7900, para dezembro a 7\$8200, para janeiro a 7\$8400, para fevereiro a 7\$8600, para março a 7\$8800, para abril a 7\$9000, para maio a 7\$9200, para junho a 7\$9400, para setembro a 7\$9700, para dezembro a 8\$0000, para janeiro a 8\$0200, para fevereiro a 8\$0400, para março a 8\$0600, para abril a 8\$0800, para maio a 8\$1000, para junho a 8\$1200, para setembro a 8\$1500, para dezembro a 8\$1800, para janeiro a 8\$2000, para fevereiro a 8\$2200, para março a 8\$2400, para abril a 8\$2600, para maio a 8\$2800, para junho a 8\$3000, para setembro a 8\$3300, para dezembro a 8\$3600, para janeiro a 8\$3800, para fevereiro a 8\$4000, para março a 8\$4200, para abril a 8\$4400, para maio a 8\$4600, para junho a 8\$4800, para setembro a 8\$5100, para dezembro a 8\$5400, para janeiro a 8\$5600, para fevereiro a 8\$5800, para março a 8\$6000, para abril a 8\$6200, para maio a 8\$6400, para junho a 8\$6600, para setembro a 8\$6900, para dezembro a 8\$7200, para janeiro a 8\$7400, para fevereiro a 8\$7600, para março a 8\$7800, para abril a 8\$8000, para maio a 8\$8200, para junho a 8\$8400, para setembro a 8\$8700, para dezembro a 8\$9000, para janeiro a 8\$9200, para fevereiro a 8\$9400, para março a 8\$9600, para abril a 8\$9800, para maio a 9\$0000, para junho a 9\$0200, para setembro a 9\$0500, para dezembro a 9\$0800, para janeiro a 9\$1000, para fevereiro a 9\$1200, para março a 9\$1400, para abril a 9\$1600, para maio a 9\$1800, para junho a 9\$2000, para setembro a 9\$2300, para dezembro a 9\$2600, para janeiro a 9\$2800, para fevereiro a 9\$3000, para março a 9\$3200, para abril a 9\$3400, para maio a 9\$3600, para junho a 9\$3800, para setembro a 9\$4100, para dezembro a 9\$4400, para janeiro a 9\$4600, para fevereiro a 9\$4800, para março a 9\$5000, para abril a 9\$5200, para maio a 9\$5400, para junho a 9\$5600, para setembro a 9\$5900, para dezembro a 9\$6200, para janeiro a 9\$6400, para fevereiro a 9\$6600, para março a 9\$6800, para abril a 9\$7000, para maio a 9\$7200, para junho a 9\$7400, para setembro a 9\$7700, para dezembro a 9\$8000, para janeiro a 9\$8200, para fevereiro a 9\$8400, para março a 9\$8600, para abril a 9\$8800, para maio a 9\$9000, para junho a 9\$9200, para setembro a 9\$9500, para dezembro a 9\$9800, para janeiro a 10\$0000, para fevereiro a 10\$0200, para março a 10\$0400, para abril a 10\$0600, para maio a 10\$0800, para junho a 10\$1000, para setembro a 10\$1300, para dezembro a 10\$1600, para janeiro a 10\$1800, para fevereiro a 10\$2000, para março a 10\$2200, para abril a 10\$2400, para maio a 10\$2600, para junho a 10\$2800, para setembro a 10\$3100, para dezembro a 10\$3400, para janeiro a 10\$3600, para fevereiro a 10\$3800, para março a 10\$4000, para abril a 10\$4200, para maio a 10\$4400, para junho a 10\$4600, para setembro a 10\$4900, para dezembro a 10\$5200, para janeiro a 10\$5400, para fevereiro a 10\$5600, para março a 10\$5800, para abril a 10\$6000, para maio a 10\$6200, para junho a 10\$6400, para setembro a 10\$6700, para dezembro a 10\$7000, para janeiro a 10\$7200, para fevereiro a 10\$7400, para março a 10\$7600, para abril a 10\$7800, para maio a 10\$8000, para junho a 10\$8200, para setembro a 10\$8500, para dezembro a 10\$8800, para janeiro a 10\$9000, para fevereiro a 10\$9200, para março a 10\$9400, para abril a 10\$9600, para maio a 10\$9800, para junho a 11\$0000, para setembro a 11\$0300, para dezembro a 11\$0600, para janeiro a 11\$0800, para fevereiro a 11\$1000, para março a 11\$1200, para abril a 11\$1400, para maio a 11\$1600, para junho a 11\$1800, para setembro a 11\$2100, para dezembro a 11\$2400, para janeiro a 11\$2600, para fevereiro a 11\$2800, para março a 11\$3000, para abril a 11\$3200, para maio a 11\$3400, para junho a 11\$3600, para setembro a 11\$3900, para dezembro a 11\$4200, para janeiro a 11\$4400, para fevereiro a 11\$4600, para março a 11\$4800, para abril a 11\$5000, para maio a 11\$5200, para junho a 11\$5400, para setembro a 11\$5700, para dezembro a 11\$6000, para janeiro a 11\$6200, para fevereiro a 11\$6400, para março a 11\$6600, para abril a 11\$6800, para maio a 11\$7000, para junho a 11\$7200, para setembro a 11\$7500, para dezembro a 11\$7800, para janeiro a 11\$8000, para fevereiro a 11\$8200, para março a 11\$8400, para abril a 11\$8600, para maio a 11\$8800, para junho a 11\$9000, para setembro a 11\$9300, para dezembro a 11\$9600, para janeiro a 11\$9800, para fevereiro a 12\$0000, para março a 12\$0200, para abril a 12\$0400, para maio a 12\$0600, para junho a 12\$0800, para setembro a 12\$1100, para dezembro a 12\$1400, para janeiro a 12\$1600, para fevereiro a 12\$1800, para março a 12\$2000, para abril a 12\$2200, para maio a 12\$2400, para junho a 12\$2600, para setembro a 12\$2900, para dezembro a 12\$3200, para janeiro a 12\$3400, para fevereiro a 12\$3600, para março a 12\$3800, para abril a 12\$4000, para maio a 12\$4200, para junho a 12\$4400, para setembro a 12\$4700, para dezembro a 12\$5000, para janeiro a 12\$5200, para fevereiro a 12\$5400, para março a 12\$5600, para abril a 12\$5800, para maio a 12\$6000, para junho a 12\$6200, para setembro a 12\$6500, para dezembro a 12\$6800, para janeiro a 12\$7000, para fevereiro a 12\$7200, para março a 12\$7400, para abril a 12\$7600, para maio a 12\$7800, para junho a 12\$8000, para setembro a 12\$8300, para dezembro a 12\$8600, para janeiro a 12\$8800, para fevereiro a 12\$9000, para março a 12\$9200, para abril a 12\$9400, para maio a 12\$9600, para junho a 12\$9800, para setembro a 13\$0100, para dezembro a 13\$0400, para janeiro a 13\$0600, para fevereiro a 13\$0800, para março a 13\$1000, para abril a 13\$1200, para maio a 13\$1400, para junho a 13\$1600, para setembro a 13\$1900, para dezembro a 13\$2200, para janeiro a 13\$2400, para fevereiro a 13\$2600, para março a 13\$2800, para abril a 13\$3000, para maio a 13\$3200, para junho a 13\$3400, para setembro a 13\$3700, para dezembro a 13\$4000, para janeiro a 13\$4200, para fevereiro a 13\$4400, para março a 13\$4600, para abril a 13\$4800, para maio a 13\$5000, para junho a 13\$5200, para setembro a 13\$5500, para dezembro a 13\$5800, para janeiro a 13\$6000, para fevereiro a 13\$6200, para março a 13\$6400, para abril a 13\$6600, para maio a 13\$6800, para junho a 13\$7000, para setembro a 13\$7300, para dezembro a 13\$7600, para janeiro a 13\$7800, para fevereiro a 13\$8000, para março a 13\$8200, para abril a 13\$8400, para maio a 13\$8600, para junho a 13\$8800, para setembro a 13\$9100, para dezembro a 13\$9400, para janeiro a 13\$9600, para fevereiro a 13\$9800, para março a 14\$0000, para abril a 14\$0200, para maio a 14\$0400, para junho a 14\$0600, para setembro a 14\$0900, para dezembro a 14\$1200, para janeiro a 14\$1400, para fevereiro a 14\$1600, para março a 14\$1800, para abril a 14\$2000, para maio a 14\$2200, para junho a 14\$2400, para setembro a 14\$2700, para dezembro a 14\$3000, para janeiro a 14\$3200, para fevereiro a 14\$3400, para março a 14\$3600, para abril a 14\$3800, para maio a 14\$4000, para junho a 14\$4200, para setembro a 14\$4500, para dezembro a 14\$4800, para janeiro a 14\$5000, para fevereiro a 14\$5200, para março a 14\$5400, para abril a 14\$5600, para maio a 14\$5800, para junho a 14\$6000, para setembro a 14\$6300, para dezembro a 14\$6600, para janeiro a 14\$6800, para fevereiro a 14\$7000, para março a 14\$7200, para abril a 14\$7400, para maio a 14\$7600, para junho a 14\$7800, para setembro a 14\$8100, para dezembro a 14\$8400, para janeiro a 14\$8600, para fevereiro a 14\$8800, para março a 14\$9000, para abril a 14\$9200, para maio a 14\$9400, para junho a 14\$9600, para setembro a 14\$9900, para dezembro a 15\$0200,

exoneração pedida, sendo-lhe entregue a seguinte carta:

"Rio de Janeiro, 26 de abril de 1926. — Meu caro Francisco Chagas, Acabo de receber sua carta de 21 do corrente, em que me comunica sua resolução, agora irrevogável, de deixar o exercício da delegacia auxiliar. Ao assumir a chefia da Polícia, fazendo defeito ao seu pedido de exoneração, insisti com você para continuar na delegacia auxiliar, onde os seus serviços, bons e leais, me eram indispensáveis.

Agora, porém, cedendo a insistência e aos termos categoricos do seu pedido, sou obrigado a desistir, não posso proclamar, com sincero agrado, a sua saída, mas, em compensação, que a sua atuação, como 4.º delegado auxiliar, durante os dias de minha gestão, foi sempre, pautada por uma dedicação em limites e por uma lealdade digna do reconhecimento do governo e do meu, pessoalmente, pelo muito que você ficou devendo a nossa Pátria.

Recomendando ao conceder-lhe a exoneração, instantemente solicitada, o meu sincero reconhecimento pessoal pela correção com que me amparou, prestando-me excelentes serviços, mais não faço do que o meu dever.

Cria na gratidão e na alta estima pessoal, do (C) Carlos da Silva Costa."

Em seguida, a. ex., lavrou o acto exoneração, a pedido, o dr. Francisco Anselmo das Chagas, do cargo de 4.º delegado auxiliar, e nomeou, para substituí-lo, o tenente-coronel Gustavo Moncorvo Bandeira de Mello.

A posse do novo 4.º delegado auxiliar, realizou-se hoje mesmo, a tarde, na sala principal daquela delegacia.

Homenagem ao general Polyguara

RIO, 26 (A) — A Liga do Sports Rio Esportivo inaugurou amanhã, no stadium da Villa Militar, a temporada desportiva, realizando uma bela festa, em homenagem ao general Tertuliano Polyguara.

Para essa festa, foram convidados todos do mundo official, associações desportivas, imprensa, cinegrafistas, cinegrafistas e grande numero de famílias.

No Ministerio da Viação

RIO, 26 (A) — O sr. ministro da Viação mandou registrar o contrato celebrado entre a E. F. de Minas e a firma Cardina, para fornecimento de material de estrada de ferro.

O sr. ministro expediu hoje aviso ao inspector da Contadoria Central Ferroviária, pedindo informações sobre o prazo que glosou a concessão feita à Sociedade Anonima Industrial de Seda Nacional pelo governo do Estado de S. Paulo, em contrato de 5 de março do anno passado.

Presidencia da Republica

RIO, 26 (A) — No palacio Rio Negro estiveram hoje os sr. general Parada Silveira, que foi despedido e o sr. presidente da Republica por ter de partir para o Rio de Janeiro, onde assumirá o comando da 1.ª brigada de infantaria, e o coronel Melina Lima, que foi agradecer ao chefe da Nação o telegramma que lhe dirigiu de felicitações pelo seu aniversário natalício.

Reunião de credores

RIO, 26 (A) — Perante o juiz de credores da massa falida S. regular-se as impugnações a divida A. Salla e Cia. Faltava a elaboração da 1.ª lista de credores, quando a leitura do relatório, que versava credito, após o que se procedeu a votação. Não offerecendo a falida proposta alguma de concordata, procedeu-se à escolha de liquidador, que recebeu em José Antonio Alves, com 10 o voto e prazo de seis meses para a liquidação.

Fallencia requerida

RIO, 26 (A) — Mario Nazareth, commerciante estabelecido na General Camargo, 13, credor da firma Borges e Von Kley, estabelecida a rua Haddock Lobo, 450, pela quantia de 10.220.150, por duplicatas vencidas, protestadas e não pagas uma delas, requereu ao juiz da 1.ª vara civil a fallencia da firma devedora.

Por sentença de hoje, foi a mesma decretada, marcando o juiz o prazo de 20 dias para a habilitação de credores e o dia 21 de maio vindouro para a 1.ª assembleia de credores.

Concordata preventiva

RIO, 26 (A) — J. C. Pinto, commerciante a avenida Rio Branco, 9, 2.º andar, em 13 de janeiro do corrente anno pediu a convocação de seus credores, perante o juiz da 1.ª vara civil para lhes offerecer concordata preventiva, na qual se comprometteria pagar-lhes os seus creditos 25 o/c em cinco prestações eguaes.

Realizada a assembleia, foi a proposta homologada, e o credor dissidente não offereceu nenhuma opposição ao titulo, foi, por sentença de hoje, homologada a concordata, a qual produz os efeitos de direito.

No Ministerio da Fazenda

ESPACHOS DO MINISTRO DA FAZENDA

RIO, 26 (A) — O sr. ministro da Fazenda approvou o acto pelo qual o delegado fiscal do Estado do Rio Grande do Sul nomeou o dr. Alberto Roselli para exercer a função de consultor da delegacia fiscal no mesmo Estado, durante o impedimento do efectivo, dr. José Ferreira de Sousa.

O sr. ministro declarou ao sr. presidente do Estado de São Paulo que não pode conceder licença de diretos para capta de herança, e honeta, importantes para o serviço de inspecção de vendas de Estação, porque desses objectos ha similares na industria nacional.

Igual declaração fez, a. ex., ao presidente do Estado do Rio Grande do Sul, quanto à lona de algodão para toldos, cabo de anilão e lona alcatrão.

Resolvendo uma consulta de Pedro Succar, o director da Recauda do Distrito Federal proferiu o seguinte despacho:

"As correias de couro para cinto pu chapéu, incidem na taxa de 2.00 no n.º IV alinea 4.ª, do paragrafo 1.º, do artigo 4.º da lei n.º 1.984, de 21 de dezembro de 1925. Bem na-

Monumento aos mortos da guerra

DISCURSO DO SR. POINCARÉ

PARIS, 26 — Sob a presidência do sr. Poincaré, realizou-se hoje, em Hattichatel, a cerimonia da inauguração do monumento aos mortos da guerra.

Discursando numa occasião o ex-presidente da Republica disse que a Inglaterra e os Estados Unidos podiam considerar-se bem felizes por não terem, ha muito tempo, conhecido os horrores da guerra, do bombardeio e do incendio. Lembrou, a seguir, o orador, que o plano Dawes no intuito de facilitar a solução dos problemas das dividas internacionais, não fixou o minimo das anuidades, nem o seu total; deixou, muito de proposito, uma larga margem para a liquidação das contas internacionais. O governo francez, fazendo importantes concessões, já tinha declarado que pagaria as suas dividas com as sommas que recebesse de fora, sem se utilizar, para si proprio, da minima parcela desse dinheiro.

"Não podemos suppr — proseguiu o orador — que a França se desinterece para com os seus compatriotas e armas e deva succumbir ao peso dos impostos sem que ella propria seja desinteressada pelos inimigos communs. Os aliados que nos aconselharam a aliviar a Alemanha e que trabalharam para anular a sua divida, introduzindo no plano Dawes disposições extraordinariamente favoraveis ao "Reich", não podem reservar para nós todos os recursos." — (Havas).

Homenagem ao general Polyguara

RIO, 26 (A) — A Liga do Sports Rio Esportivo inaugurou amanhã, no stadium da Villa Militar, a temporada desportiva, realizando uma bela festa, em homenagem ao general Tertuliano Polyguara.

Para essa festa, foram convidados todos do mundo official, associações desportivas, imprensa, cinegrafistas, cinegrafistas e grande numero de famílias.

No Ministerio da Viação

RIO, 26 (A) — O sr. ministro da Viação mandou registrar o contrato celebrado entre a E. F. de Minas e a firma Cardina, para fornecimento de material de estrada de ferro.

O sr. ministro expediu hoje aviso ao inspector da Contadoria Central Ferroviária, pedindo informações sobre o prazo que glosou a concessão feita à Sociedade Anonima Industrial de Seda Nacional pelo governo do Estado de S. Paulo, em contrato de 5 de março do anno passado.

Presidencia da Republica

RIO, 26 (A) — No palacio Rio Negro estiveram hoje os sr. general Parada Silveira, que foi despedido e o sr. presidente da Republica por ter de partir para o Rio de Janeiro, onde assumirá o comando da 1.ª brigada de infantaria, e o coronel Melina Lima, que foi agradecer ao chefe da Nação o telegramma que lhe dirigiu de felicitações pelo seu aniversário natalício.

Reunião de credores

RIO, 26 (A) — Perante o juiz de credores da massa falida S. regular-se as impugnações a divida A. Salla e Cia. Faltava a elaboração da 1.ª lista de credores, quando a leitura do relatório, que versava credito, após o que se procedeu a votação. Não offerecendo a falida proposta alguma de concordata, procedeu-se à escolha de liquidador, que recebeu em José Antonio Alves, com 10 o voto e prazo de seis meses para a liquidação.

Fallencia requerida

RIO, 26 (A) — Mario Nazareth, commerciante estabelecido na General Camargo, 13, credor da firma Borges e Von Kley, estabelecida a rua Haddock Lobo, 450, pela quantia de 10.220.150, por duplicatas vencidas, protestadas e não pagas uma delas, requereu ao juiz da 1.ª vara civil a fallencia da firma devedora.

Por sentença de hoje, foi a mesma decretada, marcando o juiz o prazo de 20 dias para a habilitação de credores e o dia 21 de maio vindouro para a 1.ª assembleia de credores.

Concordata preventiva

RIO, 26 (A) — J. C. Pinto, commerciante a avenida Rio Branco, 9, 2.º andar, em 13 de janeiro do corrente anno pediu a convocação de seus credores, perante o juiz da 1.ª vara civil para lhes offerecer concordata preventiva, na qual se comprometteria pagar-lhes os seus creditos 25 o/c em cinco prestações eguaes.

Realizada a assembleia, foi a proposta homologada, e o credor dissidente não offereceu nenhuma opposição ao titulo, foi, por sentença de hoje, homologada a concordata, a qual produz os efeitos de direito.

No Ministerio da Fazenda

ESPACHOS DO MINISTRO DA FAZENDA

RIO, 26 (A) — O sr. ministro da Fazenda approvou o acto pelo qual o delegado fiscal do Estado do Rio Grande do Sul nomeou o dr. Alberto Roselli para exercer a função de consultor da delegacia fiscal no mesmo Estado, durante o impedimento do efectivo, dr. José Ferreira de Sousa.

O sr. ministro declarou ao sr. presidente do Estado de São Paulo que não pode conceder licença de diretos para capta de herança, e honeta, importantes para o serviço de inspecção de vendas de Estação, porque desses objectos ha similares na industria nacional.

Igual declaração fez, a. ex., ao presidente do Estado do Rio Grande do Sul, quanto à lona de algodão para toldos, cabo de anilão e lona alcatrão.

Resolvendo uma consulta de Pedro Succar, o director da Recauda do Distrito Federal proferiu o seguinte despacho:

"As correias de couro para cinto pu chapéu, incidem na taxa de 2.00 no n.º IV alinea 4.ª, do paragrafo 1.º, do artigo 4.º da lei n.º 1.984, de 21 de dezembro de 1925. Bem na-

Dr. Tobias Moscoso

PARIS, 26 (A) — A convite da Universidade de Bruxellas, o dr. Tobias Moscoso, vice-director da Escola Polytechnica do Rio, realizou uma conferencia a 3 de maio, proximo, naquela capital.

De Bruxellas o illustre professor brasileiro seguiu com destino ao Rio, a bordo do "Lutetia", no dia 5 do mesmo mez.

"Les pommés du Voisin"

CONTRACTO COM UM MAESTRO BRASILEIRO

PARIS, 26 (A) — O maestro brasileiro Elmiro Pereira firmou contracto com o director da "Gait Lyrique", para representações nesta capital, do ballet "Les pommés du Voisin".

Pela primeira vez o publico carioca terá o prazer de applaudir um ballet composto de tantas celebridades mundiaes, em uma só companhia, o que representa um grande esforço do empresário, para corresponder devidamente as exigencias do culto gosto artistico do povo do Rio de Janeiro.

Essa companhia encenará no Theatro Lyrique, em fins de agosto, com a opera "Nero", criação de Arrigo Boito.

O elenco comprehende entre outros nomes os das celebres artistas Claudine Mulo, Tita Buffo, Schirra, Laura Volpi, De Zaenck, Perille, e Gabriella Benazzoni.

A illustre cantora Delia Lima, Castro, que conta com os maiores triumphos em sua carreira artistica, alenagará novos triumphos com outras compatriotas suas, interpretando diversas operas do repertorio dessa companhia.

Como maestros, acompanharão o elenco, os regentes Marinuzzi e Santini.

O corpo de balletos será o do Scala, desta cidade.

A nova opera de Puccini

MILAO, 26 (A) — No grande Theatro Scala, desta cidade, sob a direcção do maestro Toscanini, foi levada a scena, pela primeira vez, "Turandot", opera postuma de Puccini.

Numerosos criticos e artistas da Europa e da America, achavam-se presentes. — (Havas).

O sr. Mussolini em Milão

MILAO, 26 — O presidente Mussolini, visitou a Casa dos Veteranos, onde foi recebido pelas autoridades e notaveis da cidade. — (Havas).

Victor Manuel III em Veneza

ROMA, 26 — O rei Victor Manuel chegou a Veneza, onde foi recebido com grande demonstração de entusiasmo e sympathia. — (Havas).

Delagação belga de mutilados da guerra

FLORENÇA, 26 — Chegou a esta cidade uma delegação belga de mutilados da guerra.

Os visitantes foram recebidos festivamente pelos invalidos Italianos e grande massa de povo. — (Havas).

As dividas francezas

CONCLUSÃO DO ACORDO COM A INGLATERRA

PARIS, 26 — Como se esperava, ficou concluido no sabbado, em Londres, o accordo limitado provisório relativo ás dividas da França para com a Inglaterra. Por esse accordo, a França garante pagar a Inglaterra, ainda no corrente anno, a somma de quatro milhões de libras esterlinas. — (Havas).

O projecto do orçamento fiscal para 1926

PARIS, 26 (A) — A Camara approvou por 427 votos contra 143 o projecto do orçamento fiscal para 1926.

O projecto está remetido para o Senado, a fim de se pronunciarem a respeito do voto da Camara.

No Jockey Club

O DR. LAMNEU DE PAULA MACHADO MEMBRO PERMANENTE DESTA SOCIEDADE

PARIS, 26 (A) — Recentemente o Jockey Club desta capital accitou o dr. Lamneu de Paula Machado de como seu membro temporário.

Agora, encontrando-se nesta capital, os seus propoentes, principio Joachim Murat e conde Viol-Castel, foi o dr. Paula Machado admitido como membro permanente vitalicio, sendo o unico socio permanente desta importante sociedade franceza que, como se sabe, é considerada de difficilissimo ingresso.

ITALIA

Chegada de um bandido

ROMA, 26 — Communhão de Ajaçolo chegou Aquella cidade, encastellado, o celebre bandido carcerado, ha mais de dez annos, e ha pouco um destacamento de policia.

O publico de Ajaçolo, acrescentando a informação, fez ao conhecido malfeitor uma manifestação de sympathia. — (Havas).

Exposição de arte

A SUA INAUGURAÇÃO PELO III VICTOR MANUEL

VENEZA, 26 (A) — Com a presença dos sr. Pietro Fedele, ministro da Instrução; Giovanni Giurati, ministro das Obras Publicas; Tomaso Titti, presidente do Senado e Antonio Casarotto, presidente da Camara dos Deputados, a. m. o rei Victor Manuel III inaugurou solennemente a exposição da arte desta cidade.

Por occasião da cerimonia inaugural, discursou o ministro Fedele, que lembrou as origens da exposição veneçana de artes, demonstrando o continuo progresso de todas as artes de Veneza, e o conceito que a cidade mantém em todo o mundo.

Depois de referir-se ás varias açoes da exposição, o ministro da Instrução salientou o interesse demonstrado pelo sr. Benito Mussolini, mesmo pelas questões artisticas Italianas, tendo um hymno de louvores ao rei, e a nação laboriosa, "grande em todos os campos da actividade humana".

O sr. Mussolini em Milão

MILAO, 26 (A) — Hoje o sr. Mussolini, chefe do governo, fará a sua povo na praça do Duomo.

O successo da opera "Turandot"

MILAO, 26 (A) — Os criticos musicos são unanimes em seus comentarios elogiosos acerca da opera "Turandot", de Puccini, heura representada em "première", no Scala desta cidade.

Companhia Lyrica do Metropolitan

FOI CONTRACTADA A SUA IDA AO BRASIL

MILAO, 26 (A) — O emprezario theatro sr. Scotti acaba de assinar contractos para levar ao Rio de Janeiro a companhia Lyrica do Metropolitan de Nova York.

Pela primeira vez o publico carioca terá o prazer de applaudir um ballet composto de tantas celebridades mundiaes, em uma só companhia, o que representa um grande esforço do empresário, para corresponder devidamente as exigencias do culto gosto artistico do povo do Rio de Janeiro.

Essa companhia encenará no Theatro Lyrique, em fins de agosto, com a opera "Nero", criação de Arrigo Boito.

O elenco comprehende entre outros nomes os das celebres artistas Claudine Mulo, Tita Buffo, Schirra, Laura Volpi, De Zaenck, Perille, e Gabriella Benazzoni.

A illustre cantora Delia Lima, Castro, que conta com os maiores triumphos em sua carreira artistica, alenagará novos triumphos com outras compatriotas suas, interpretando diversas operas do repertorio dessa companhia.

Como maestros, acompanharão o elenco, os regentes Marinuzzi e Santini.

O corpo de balletos será o do Scala, desta cidade.

A nova opera de Puccini

MILAO, 26 (A) — No grande Theatro Scala, desta cidade, sob a direcção do maestro Toscanini, foi levada a scena, pela primeira vez, "Turandot", opera postuma de Puccini.

Numerosos criticos e artistas da Europa e da America, achavam-se presentes. — (Havas).

O sr. Mussolini em Milão

MILAO, 26 — O presidente Mussolini, visitou a Casa dos Veteranos, onde foi recebido pelas autoridades e notaveis da cidade. — (Havas).

Victor Manuel III em Veneza

ROMA, 26 — O rei Victor Manuel chegou a Veneza, onde foi recebido com grande demonstração de entusiasmo e sympathia. — (Havas).

Delagação belga de mutilados da guerra

FLORENÇA, 26 — Chegou a esta cidade uma delegação belga de mutilados da guerra.

Os visitantes foram recebidos festivamente pelos invalidos Italianos e grande massa de povo. — (Havas).

As dividas francezas

CONCLUSÃO DO ACORDO COM A INGLATERRA

PARIS, 26 — Como se esperava, ficou concluido no sabbado, em Londres, o accordo limitado provisório relativo ás dividas da França para com a Inglaterra. Por esse accordo, a França garante pagar a Inglaterra, ainda no corrente anno, a somma de quatro milhões de libras esterlinas. — (Havas).

O projecto do orçamento fiscal para 1926

PARIS, 26 (A) — A Camara approvou por 427 votos contra 143 o projecto do orçamento fiscal para 1926.

O projecto está remetido para o Senado, a fim de se pronunciarem a respeito do voto da Camara.

No Jockey Club

O DR. LAMNEU DE PAULA MACHADO MEMBRO PERMANENTE DESTA SOCIEDADE

PARIS, 26 (A) — Recentemente o Jockey Club desta capital accitou o dr. Lamneu de Paula Machado de como seu membro temporário.

Agora, encontrando-se nesta capital, os seus propoentes, principio Joachim Murat e conde Viol-Castel, foi o dr. Paula Machado admitido como membro permanente vitalicio, sendo o unico socio permanente desta importante sociedade franceza que, como se sabe, é considerada de difficilissimo ingresso.

ROMANIA

Eleições para deputados

BUCARESTE, 26 — As eleições para deputados serão marcadas para 26 de maio proximo.

O mesmo decreto fixa para 26 do mesmo mez as eleições senato-riales. — (Havas).

ESTADOS UNIDOS

As dividas de guerra da Belgica

WASHINGTON, 26 — O Senado approvou, por 85 votos contra 20, o accordo da divida da Belgica para com os Estados Unidos. — (Havas).

CHILE

A situação politica

SANTIAGO, 26 (A) — A situação politica é ainda incerta, afirmando-se, entretanto, nos circulos parlamentares, que o governo não tomará nenhuma resolução sem consultar previamente o Congresso.

Hoje, pela manhã, foi ratificada em toda a Republica, a reunião de deo para o governo o cumprimento do laudo plebiscitario e a criação dos bons officios dos Estados Unidos.

PORTUGAL

Composição do directório esquerdista

LISBOA, 26 — O directório esquerdista ficou composto dos sr. Christino Pinheiro, Alfredo Nordeste, Sousa Junior, Ribeiro Francisco, Carlos de Vasconcellos, Domingos dos Santos, Pereira Osorio, Tavares Carvalho, Postana Junior, e Sá Pereira.

O sr. Pinho da Silva deixou a actividade politica. — (Havas).

ALLEMANHA

Tratado leuto-russo

BERLIM, 26 — Foi publicado hoje a tarde o texto do tratado de

neutralidade entre a Alemanha e a Russia. Contem quatro artigos, que podem ser assim resumidos. A base das relações entre os dois governos continua sendo o tratado de Rapallo, em caso de coligação de tres potencias para impor a "boycotagem" economica e financeira a um dos signatarios do tratado, o outro não adherirá a coligação.

O tratado terá a duração de cinco annos.

Anexo ao tratado ha uma nota da Alemanha declarando que o tratado é compativel com a sua entrada para a Liga das Nações, mas que não tomará parte em nenhuma penalidade contra a Russia si esta for injustamente declarada o país agressor.

Declara mais a Alemanha que o seu desejo é colaborar na obra de paz. — (Havas).

HESPAHIA

Primo de Rivera filho adoptivo de Alcolá

MADRID, 26 — A municipalidade de Alcolá conferiu ao general Primo de Rivera, o titulo de filho adoptivo da cidade.

Nessa occasião o chefe do governo declarou que o gabinete momentaneamente da politica nacional, não ligando por consequencia a menor importancia ao que se diz e ao que se escreve. No entanto, afirmou com a responsabilidade de seu nome e de seu cargo que o exercicio seria convocado nos primeiros dias de qualquer movimento. — (Havas).

O cruzador "Buenos Aires"

MADRID, 26 — O cruzador "Buenos Aires" deixou o porto de Carthagena hontem a noite com destino a America do Sul. — (Havas).

DINAMARCA

Fallecimento da escriptora Ellen Key

STOCKHOLM, 26 (A) — Falleceu a celebre escriptora Ellen Key.

Da R. — Ellen Key nasceu em Sundholm (Suécia) em 1849, era filha da condessa Poss e de um membro do Riksdag, que tentou sem resultado regenerar o partido rural.

Simplez professora de uma escola mitta em Stockholm, dedicou-se a causa dos operarios e fundou com o dr. Antio Nyström, o Instituto operario da Suecia.

Publicou numerosos escriptos, artigos de revista, livros de vulgarização, dentre os quaes destacamos: — "Do direito de propriedade da mulher e sua emancipação do poder marital"; "Da infancia da especie humana"; "Considerações sobre causas da degeneração"; "Narrativas historicas"; "Desenvolvimento da moral, segundo Loutrenau"; "Individualismo e socialismo"; "A biographia de Ernesto Ahlgren"; e de A. C. Edgren Selvig; "Um ensaio sobre C. J. L. Almqvist"; "Mas uso das forças femininas"; "O dominio dos trabalhos naturaes"; "As mulheres"; "Psychologia e logica feminina".

LETHONIA

Visita do presidente da Republica a Finlandia

RIGA, 26 — O presidente da Republica da Lettonia visitará oficialmente a Finlandia no dia 16 de maio. — (Havas).

POLONIA

Os orçamentos polacos no Parlamento

VARSOVIA, 26 — O projecto de orçamento de 1926-1927, calcula a receita em 1.659 milhões de "zlotys", e em 195 milhões as receitas novas provenientes do augmento de 10 o/c em todos os impostos existentes e da criação de novos creditos de 10 o/c sobre objectos de luxo. Além disso, a receita será reduzida de 75 milhões de "zlotys", com a revisão dos titulos de pensões aos invalidos da guerra e a redução do numero de empregados nas estradas de ferro. — (Havas).

ROMANIA

Eleições para deputados

BUCARESTE, 26 — As eleições para deputados serão marcadas para 26 de maio proximo.

O mesmo decreto fixa para 26 do mesmo mez as eleições senato-riales. — (Havas).

ESTADOS UNIDOS

NOTAS

Rodolpho Miranda.
A. Lacerda Franco.
Arnoldo Azevedo.
Ataliba Leonel.

o ferroviário brasileiro e bastará tirar os olhos sobre as estatísticas.

de l' 30.1.19

ter, na pratica, o compromisso que eu tinha a seus hombrs, na plataforma. E, restabelecida a dire-	dezenho ultimo mas, ainda, através da propria serie de artigos a que o Correio Paulistano deu co-	que disputava a taça "Florio" victima de um comete, morreu instantaneamente. — (Hayao)
--	---	--

A. Cacerda Franco.
Arnolfo Azevedo.
Ataliba Leonel.

deve comparecer ao Instituto

plataforma. E, restabelecida a direção do Correio Paulistano deu o

nalio, nos Estados Unidos,

Viagens no Brasil

A chegada de Recife, passando por um episódio ali bastante interessante, foi o primeiro ponto de partida para a viagem de Lino Garcez.

Em Recife, o primeiro ponto de partida para a viagem de Lino Garcez foi o episódio ali bastante interessante, que foi o primeiro ponto de partida para a viagem de Lino Garcez.

Como em todos os lugares, ainda se via a influência da cultura portuguesa, mas sempre um pouco mais atenuada, e a influência da cultura brasileira, sempre um pouco mais acentuada.

Victor Hugo celebrou as façanhas

SPORT

JOCKEY-CLUB

Projeto de Inscrição da 17.ª corrida a realizar-se em 2 de maio de 1926, no "Hippodromo Paulistano".

Premio DIANA — 10.000 réis e...
2.000 — Distância 2.000 metros —
Egna de qualquer país. — Tabela com dezesseis de 2 milhas da nascida no Estado. — (Sobrecarga do Código) — Orca, La Fozza, E. Cellenella, Oyama, Alcantara, III, Primaz, Serrinha, Dama de Espadas, Remerda, V. Gallip, Elia, Co media II, Nélis, Colosa, Esplendida, Nélis, Sélis, Sádá, Alegria, (Confirmação de Inscrição).

Premio 3.º BIMINATORIO — 5.000 réis e 2.000 — Distância 1.000 metros. — Legionario, Reparo, Rlen de Tout, Anchoa, Cardenia, Fábula, Verbenara, Betty, Susu, Filiana, (Confirmação de Inscrição).

Premio "Bellona II" — 5.000 réis e 1.000 — Dist. 1.000 metros. — Produzidos de 2 annos, nascidos no Estado, sem victoria no país.

Premio NARATAN — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Produzidos de 2 annos.

Premio PING-PONG — 3.000 réis e 600 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Premio DILECTA — 3.000 réis e 700 — Distância 1.300 metros — Animales de qualquer país. — HAN-DICAP — 5.000 réis e 1.000 — Distância 1.000 metros — Animales de qualquer país.

Chronica Social

Coisas brasileiras

"A fraternidade, sentimento que une a todos os homens como irmãos, sem distincção alguma, será obra dos povos não-americanos."

Apresento recentemente, tem, também, a de ter sido apontado pelos ferroviários paulistas ao sr. presidente da Republica, como um dos mais ilustres representantes da classe pa-

Cesarista Motta

Transcorreu hontem o 11.º aniversário do falecimento do indivíduo educador dr. Cesarista Motta.

De facto, é, realmente, o Brasil o grande cadáver de experimentação e de fúria ethnologica. No seu plasma humano não ha matetias hereditárias; todos se fundem no baralhão ethnico, poligenetico e biológico, do onde derivará um tipo definido, physiologicamente uno, resultante da mistura e, sobretudo, das condições climáticas.

Passageiros dos nocturnos

De São Paulo para o Rio — Pelo 1.º nocturno, partiam os sr.ºs: tenente Castello Branco, Aldeia Mello e família, Manoel Almeida, e o sr.ºs: João Costa, George Desgrais, Manuel J. D. Guerra, Samuel Junqueira Lello e senhora, Jorge de Moraes e dr. Valeriano Pereira.

Helios

Anniversarios

Fazem annos hoje:

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

Anniversarios

THEATROS

SANT'ANNA — Companhia Clara Weiss — "La Bayadere"

A Companhia Italiana de Operas Clara Weiss levou hontem a scena, no Sant'Anna, "La Bayadere".

PROGRAMMAS

MUNICIPAL — Concerto de despedida de Magdalena Tagliavento.

SANT'ANNA — Companhia Italiana de Operas Clara Weiss — "La Bayadere"

APOLLO — Companhia Brasileira de Operas — "A mulher de trem"

CASINO — Companhia Brasileira de Operas — "A mulher de trem"

COMMUNICADOS

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

THEATROS

SANT'ANNA — Companhia Clara Weiss — "La Bayadere"

A Companhia Italiana de Operas Clara Weiss levou hontem a scena, no Sant'Anna, "La Bayadere".

PROGRAMMAS

MUNICIPAL — Concerto de despedida de Magdalena Tagliavento.

SANT'ANNA — Companhia Italiana de Operas Clara Weiss — "La Bayadere"

APOLLO — Companhia Brasileira de Operas — "A mulher de trem"

CASINO — Companhia Brasileira de Operas — "A mulher de trem"

COMMUNICADOS

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"

"CAVALLEIA RUSTICANA" E "BARBEIRO DE SEVILHA"



Prefeitura do Município

Expediente do dia 26 de abril de 1926

Contrato para o serviço telefônico no município, feito de acordo com as bases da lei n. 2.965, de 15 de abril de 1924, abaixo publicada:

CLAUSULA 1.a

O presente contrato substitui, para todos os efeitos, os atos que regiam a Companhia Telefônica Brasileira (Brasileira Telefônica Companhia), sucessora da "Companhia Telefônica do Estado de São Paulo", autorizada a explorar o serviço telefônico no Município da capital, de acordo com as disposições da lei n. 434, de 22 de fevereiro de 1909, e n. 1.792, de 12 de junho de 1914.

CLAUSULA 2.a

A Companhia Telefônica Brasileira, daqui por diante designada como a "Companhia", poderá continuar a explorar o serviço telefônico do Município, nos termos do presente contrato, durante o prazo de trinta (30) anos, a partir da data da assinatura deste contrato.

Parágrafo 1.º — A concessão aqui contida, não importa em nenhum privilégio.

Parágrafo 2.º — A Prefeitura se reserva o direito de, em qualquer tempo fazer novas concessões, que possam bases do presente contrato, ou explorar diretamente este serviço, respeitando a propriedade e os direitos adquiridos pela Companhia.

CLAUSULA 3.a

Durante a vigência deste contrato, será garantido o livre funcionamento da Companhia, no estado em que se acha, ainda que outras concessões tenham a ser fazer.

A Câmara Municipal votará as posturas e medidas de garantia que julgar necessárias para colocar a Companhia no alívio dos abusos que, contra ela, possam ser tentados, determinando as providências que se devam tomar, nos casos de danos que, por qualquer forma, sejam causados aos povos, empresas, linhas, canais, diversões e demais instalações da Companhia. A Prefeitura exigirá dos diversos concessionários de linhas elétricas, das empresas de eletricidade, organizadas com fins industriais ou outros, e bem assim de quaisquer indivíduos ou corporações industriais, que as instalações que fizerem em cada propriedade ou serviço da Companhia, tornando-se responsáveis pelos danos causados a esta.

CLAUSULA 4.a

A Companhia terá o direito de desapropriação para as prédios e terrenos de que precisar para o seu serviço, devendo representar a Prefeitura a este respeito, quando for necessário.

CLAUSULA 5.a

Para que a Companhia tenha todas as facilidades na realização dos seus trabalhos, a Prefeitura solicitará para ela, dos poderes competentes, os mesmos direitos que tem a Reparação Geral das Telecomunicações para o atendimento de suas linhas.

CLAUSULA 6.a

Em épocas de grandes calamidades ou de contenciosas anormais, que possam perturbar a ordem ou a segurança pública, a Companhia obedecerá às ordens que a Prefeitura expedir sobre o serviço, e, contra requisição do Prefeito, entregará as linhas e aparelhos ao governo da União ou do Estado ou a funcionário designado pelo Prefeito, para ser, então, dada uma indenização, que será apurada por arbitros, nomeados conforme o disposto na cláusula 13.º

CLAUSULA 7.a

A Prefeitura requerirá, mediante solicitação especial da Companhia, licença ou redução de direitos aduaneiros para o material necessário ao serviço telefônico do Município, sempre que a legislação federal autorizar a concessão de tal favor.

CLAUSULA 8.a

No estabelecimento das linhas telefônicas, serão observadas as seguintes regras:

a) — Os condutores, postes, reguas e aparelhos, seja qual for a sua natureza, serão estabelecidos e mantidos à custa e guarda da Companhia, que se obriga a pagar o que houver de mais pelo fato de não serem pagas pelas principais cidades do diferente países em que se acha desenvolvido a telefonia.

A Prefeitura poderá exigir a substituição, por material novo e adequado, dos fios oxidados e gastos, das reguas e suportes que, por defeito de construção ou por outro qualquer motivo, deixarem de oferecer a segurança prevista, e dos aparelhos e acessórios defeituosos ou de tipo antiquado. Si, porém, a Companhia entender que os aparelhos que a Prefeitura mandar substituir ainda poderiam prestar serviço, não prejudicando a sua normalidade, será estabelecida por arbitros, na forma do disposto na cláusula 13.º a indenização devida pela Prefeitura à Companhia; isto, no caso de se não chegar a acordo com o preço oferecido.

b) — A Companhia terá o direito de colocar, mediante permissão da Prefeitura, os seus postes e reguas para sustento de suas linhas e cabos aéreos, bem como seus tubos e canalizações destinados a suas águas e praças da cidade, podendo também colocar esses tubos e canalizações nos estabelecimentos públicos e particulares, obtida a permissão dos respectivos administradores ou proprietários, e de acordo com as disposições que forem criadas pelos poderes competentes, obrigando-se a pagar a Prefeitura, pelo uso de tais instalações, o valor que a Prefeitura estabelecer, de acordo com o interesse da cidade.

c) — A Companhia publicará, semestralmente, a relação de todos os estabelecimentos de serviço telefônico, com os respectivos números e endereços, e distribuirá, gratuitamente, um exemplar desta publicação a cada assinante.

d) — Cada mesa particular de ligação (P. B. X.) deverá ser designada na relação dos assinantes, em duas (2) vias, rubricadas ambas pelas partes contratantes, e de que uma cópia fica com a Companhia e a outra com a Prefeitura.

e) — Nos distritos rurais não abrangidos pela Rede Geral, a Companhia será obrigada a estabelecer Redes Locais, sempre que o círculo com raio não excedente a 3 (três) quilômetros, descreito para a estação central, ponto este escolhido de acordo com a Prefeitura, compreendendo um número de pedidos de telefones que permitam o mínimo de 60 (sessenta) assinantes.

Parágrafo 1.º — Ao se proceder a cada uma das sucessivas revisões anuais a que se refere o número IV da cláusula 2.ª, será a Rede Geral ampliada com o inclusão de uma ou mais Redes Locais, desde que estas contem mais de 500 (quinhentos) assinantes cada uma e tenham o seu limite circular, definido no parágrafo 1.º da presente cláusula, a uma distância máxima de 500 (quinhentos) metros do limite da Rede Geral no momento da revisão.

CLAUSULA 9.a

Pela infração de qualquer das disposições deste contrato, nos casos em que não houver pena cominada, o Prefeito poderá mandar que se imponham à Companhia multas de 500.000 (quinhentos mil réis), as quais no oitavo dia do mês de janeiro, e poderão ser repetidas, dentro de prazos razoáveis determinados pelo Prefeito, até que sejam cumpridas as disposições infringidas.

A importância das multas impostas por qualquer infração das disposições contratuais, e que não for paga no prazo de dez (10) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, será descontada da caução de que trata a cláusula 10.ª.

Da imposição de qualquer multa ou penalidade, com que não se conforme, poderá a Companhia, dentro de escatados os recursos administrativos, recorrer ao Juízo Municipal, no dia seguinte ao da assinatura do presente contrato, para garantir o pagamento imediato da multa ou penalidade.

CLAUSULA 10.a

Para cobrança das multas poderá a Prefeitura proceder executivamente, quando não seja bastante o saldo da caução de 30.000.000 (trinta contos de réis), que a Companhia depositará no Tesouro Municipal, no dia seguinte ao da assinatura do presente contrato, para garantir o pagamento imediato das multas contratuais.

CLAUSULA 11.a

Sempre que a caução, a que se refere a cláusula precedente, não for suficiente para garantir o pagamento de multas impostas, ou por qualquer outra causa de responsabilidade da Companhia, deverá esta ser integralizada no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 1.º — A Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

CLAUSULA 12.a

O foro e sede jurídica da Companhia será a cidade de São Paulo, para todos os efeitos de direito, devendo a Companhia ter nela um representante com plenos poderes.

CLAUSULA 13.a

Ocorrendo divergências entre a Companhia e a Prefeitura, na execução deste contrato, a questão será resolvida por arbitramento. Neste caso, cada uma das partes nomeará igual número de arbitros, peritos na matéria, os quais, em caso de divergência, escolherão, em última instância, a questão controversa.

Si a Companhia se recusar a cumprir de uma decisão arbitral sobre a matéria essencial deste contrato, e tal decisão for confirmada pelo Poder Judiciário, a Prefeitura poderá declarar a rescisão do contrato.

Por sua vez, não poderá a Prefeitura deixar de cumprir qualquer decisão arbitral, assistido-lhe, porém, igual direito de recorrer ao Poder Judiciário.

No caso de, pelo fundamento acima, ser rescindido este contrato, a Prefeitura terá o direito de entrar na posse dos serviços e bens de que trata este contrato, mediante indenização, à Companhia, pelo respectivo valor, procedendo-se, para esse fim, à avaliação, por arbitros, peritos na matéria, nomeados de acordo com o disposto na cláusula 13.ª.

CLAUSULA 14.a

A Prefeitura fiscalizará, por seus representantes técnicos a execução de qualquer obra e a qualidade dos materiais empregados pela Companhia, para recusar os que forem considerados inferiores.

Parágrafo único — A Companhia entregará ao Tesouro Municipal, semestralmente, a importância de 18.000.000 (dezoito contos de réis), metade da qual de 30.000.000 (trinta e seis contos de réis), em que a Prefeitura calcula as despesas anuais de fiscalização.

CLAUSULA 15.a

Ficam aprovados, pelo presente contrato, os limites da Rede Geral do serviço telefônico da Companhia, demarcados na planta da cidade rubricada pelos membros da Mesa da Câmara, em duas vias, de que uma será entregue à Companhia e a outra será arquivada na Diretoria de Obras da Prefeitura. Fica, porém, entendido, desde já, que a Rede Geral, depois de iniciadas as obras de canalização do rio Tietê, se deverá estender de modo que abranja, a medida que tiverem sido arduos e tiverem meios-fios, todos os terrenos da planície do Tietê, desde a ponte da Conceição de Guarulhos, na Penha, até a confluência do rio Pinheiros, conforme a planta que delimita esta zona e se incorporará na Rede Geral, ficando este adicional em duas (2) vias, rubricadas ambas pelas partes contratantes, e de que uma cópia fica com a Companhia e a outra com a Prefeitura.

Parágrafo 1.º — Nos distritos rurais não abrangidos pela Rede Geral, a Companhia será obrigada a estabelecer Redes Locais, sempre que o círculo com raio não excedente a 3 (três) quilômetros, descreito para a estação central, ponto este escolhido de acordo com a Prefeitura, compreendendo um número de pedidos de telefones que permitam o mínimo de 60 (sessenta) assinantes.

Parágrafo 2.º — A Companhia publicará, semestralmente, a relação de todos os estabelecimentos de serviço telefônico, com os respectivos números e endereços, e distribuirá, gratuitamente, um exemplar desta publicação a cada assinante.

Parágrafo 3.º — Cada mesa particular de ligação (P. B. X.) deverá ser designada na relação dos assinantes, em duas (2) vias, rubricadas ambas pelas partes contratantes, e de que uma cópia fica com a Companhia e a outra com a Prefeitura.

Parágrafo 4.º — Nos distritos rurais não abrangidos pela Rede Geral, a Companhia será obrigada a estabelecer Redes Locais, sempre que o círculo com raio não excedente a 3 (três) quilômetros, descreito para a estação central, ponto este escolhido de acordo com a Prefeitura, compreendendo um número de pedidos de telefones que permitam o mínimo de 60 (sessenta) assinantes.

Parágrafo 5.º — A Companhia publicará, semestralmente, a relação de todos os estabelecimentos de serviço telefônico, com os respectivos números e endereços, e distribuirá, gratuitamente, um exemplar desta publicação a cada assinante.

Parágrafo 6.º — Cada mesa particular de ligação (P. B. X.) deverá ser designada na relação dos assinantes, em duas (2) vias, rubricadas ambas pelas partes contratantes, e de que uma cópia fica com a Companhia e a outra com a Prefeitura.

Parágrafo 7.º — Nos distritos rurais não abrangidos pela Rede Geral, a Companhia será obrigada a estabelecer Redes Locais, sempre que o círculo com raio não excedente a 3 (três) quilômetros, descreito para a estação central, ponto este escolhido de acordo com a Prefeitura, compreendendo um número de pedidos de telefones que permitam o mínimo de 60 (sessenta) assinantes.

Parágrafo 8.º — A Companhia publicará, semestralmente, a relação de todos os estabelecimentos de serviço telefônico, com os respectivos números e endereços, e distribuirá, gratuitamente, um exemplar desta publicação a cada assinante.

Parágrafo 9.º — Cada mesa particular de ligação (P. B. X.) deverá ser designada na relação dos assinantes, em duas (2) vias, rubricadas ambas pelas partes contratantes, e de que uma cópia fica com a Companhia e a outra com a Prefeitura.

Parágrafo 1.º — Ao se proceder a cada uma das sucessivas revisões anuais a que se refere o número IV da cláusula 2.ª, será a Rede Geral ampliada com o inclusão de uma ou mais Redes Locais, desde que estas contem mais de 500 (quinhentos) assinantes cada uma e tenham o seu limite circular, definido no parágrafo 1.º da presente cláusula, a uma distância máxima de 500 (quinhentos) metros do limite da Rede Geral no momento da revisão.

CLAUSULA 16.a

A partir da data deste contrato, e durante o prazo de sua vigência, a Companhia deverá, ao longo de todos os meses, ou contribuições municipais, "presentes" ou "futuros" sobre o serviço telefônico, qualquer que seja a sua natureza.

CLAUSULA 17.a

Parágrafo 1.º — A Companhia fornecerá e manterá, gratuitamente, trinta (30) telefones, com aparelhos de parede ou mesa, instalados na residência do Prefeito, mas dos superintendentes de serviços municipais, ou nas repartições municipais, indicadas pelo Prefeito.

Parágrafo 2.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 3.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 4.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 5.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 6.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 7.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 8.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 9.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 10.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 11.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 12.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 13.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 14.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 15.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 16.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 17.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 18.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 19.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 20.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 21.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 22.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 23.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 24.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 25.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 26.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 27.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 28.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 29.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 30.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 1.º — Ao se proceder a cada uma das sucessivas revisões anuais a que se refere o número IV da cláusula 2.ª, será a Rede Geral ampliada com o inclusão de uma ou mais Redes Locais, desde que estas contem mais de 500 (quinhentos) assinantes cada uma e tenham o seu limite circular, definido no parágrafo 1.º da presente cláusula, a uma distância máxima de 500 (quinhentos) metros do limite da Rede Geral no momento da revisão.

CLAUSULA 18.a

O sistema telefônico da Companhia será o empregado atualmente, e, em caso de mudança, a Prefeitura, por sugestão da Prefeitura, ou espontaneamente, a adoptar todos os melhoramentos ou requisições técnicas que realizem as condições de um excelente serviço telefônico moderno, tendo em vista a condução elétrica e de quaisquer outros defeitos que perturbem a transmissão clara da palavra, obrigando-se, outrossim, a distribuir e executar o serviço de modo que as ligações e designações sejam feitas com a menor demora possível, comparável de meios de outras cidades providas de bom serviço telefônico.

Parágrafo 1.º — Si os progressos da telefonia, notadamente verificados por aplicação regular e prolongada em outras grandes cidades, em vista do desenvolvimento do serviço telefônico de São Paulo, necessitarem a mudança do atual sistema de telefones, a Prefeitura terá o direito de exigir da Companhia a substituição da rede local, a ser feita, mediante a adoção do novo sistema, que poderá ser o automático, mediante prévia concessão da Câmara Municipal, e entrando em acordo, para isto, com a Companhia.

Parágrafo 2.º — A Companhia fornecerá e manterá, gratuitamente, trinta (30) telefones, com aparelhos de parede ou mesa, instalados na residência do Prefeito, mas dos superintendentes de serviços municipais, ou nas repartições municipais, indicadas pelo Prefeito.

Parágrafo 3.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 4.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 5.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 6.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 7.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 8.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 9.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 10.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 11.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 12.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 13.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 14.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 15.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 16.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 17.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 18.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 19.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 20.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 21.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 22.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 23.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 24.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 25.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso.

Parágrafo 26.º — Si a Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento da comunicação oficial escrita, não pagar o valor devido, a Companhia poderá exigir a integralização da caução, sob pena de multa de 500.000 (quinhentos mil

Parágrafo 6.º — Como, nas despesas de custo, uma parte é determinada por serviços comuns ao tráfego das instalações locais e outra parte é de natureza urbana, fica estabelecido, para o período de um ano, a seguinte quota representativa, para o primeiro período de quatro (4) anos que se seguirá à inauguração deste contrato, por uma porcentagem da receita bruta produzida pelos chamados Interurbos originados no Município da Capital, a determinar dentro do primeiro mês deste período, por acordo entre a Prefeitura e a Companhia.

Durante este período de quatro (4) anos, a porcentagem adotada, ou a quota deve ser modificada, para o período dos seguintes cinco (5) anos. Caso não se tenham elementos para justificar uma modificação, continuará em vigor a mesma porcentagem, para o período de cinco (5) anos seguintes.

CLÁUSULA 21:
Parágrafo 1.º — A Companhia entregará à Prefeitura, em cada ano, três (3) exemplares dos relatórios, apresentados às respectivas assembleias gerais, pelas empresas com as quais a esta está diretamente relacionada.

Parágrafo 2.º — A Companhia obriga-se a manter impressa, a seu custo, o presente contrato fornecendo quinhetos (500) exemplares ao arquivo da Prefeitura.

LEI N. 2965, DE 15 DE ABRIL DE 1926.

Approva as bases para a exploração do serviço telefônico no município e autoriza o Prefeito a celebrar novo contrato com a atual concessionária, sem prejuízo para a mesma.

J. PIRES DO RIO, Prefeito do Município de São Paulo.
Faço saber que a Câmara, em sessão de 30 de abril do ano passado, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º — Ficam aprovadas as seguintes bases para a exploração do serviço telefônico no município, em substituição às constantes das leis n. 454, de 22 de fevereiro de 1910, e n. 1732, de 12 de junho de 1914, sendo o Prefeito autorizado a celebrar novo contrato com a atual Concessionária do referido serviço, atendendo às seguintes disposições:

Art. 2.º — A Companhia Telefônica Brasileira (Brazilian Telephone Company), daqui por diante designada como a Concessionária, poderá continuar a explorar o serviço telefônico no município, nos termos da presente lei, durante o prazo de quarenta (40) anos, a contar da data do contrato que for celebrado de acordo com esta lei.

A presente concessão não importa em privilégio algum para a Concessionária, ficando a Prefeitura autorizada a fazer novas concessões, nas mesmas bases da presente lei, ou explorar diretamente o serviço, respeitando a propriedade e os direitos adquiridos pela Concessionária.

Art. 3.º — Durante a vigência do contrato que for assinado de acordo com a presente lei, será garantido o livre funcionamento da Concessionária, que, caso nova concessão venha a ser realizada, a Câmara Municipal votará as posturas e medidas de garantia que julgar necessárias para assegurar a Concessionária no abito dos abusos que, contra ela, possam ser tentados, e para tomar as devidas providências, nos casos de danos, que, por qualquer forma, sejam causados nos postes, cabos, linhas, canalizações e demais instalações da Concessionária. A Prefeitura exigirá das futuras concessionárias de linhas de bondes elétricos, de empresas de eletricidade, organizações com fins industriais ou outros, e bem assim dos quaisquer indivíduos ou corporações industriais, que as instalações a serem feitas em nada prejudiquem o serviço da Concessionária, tornando-se responsável pelos danos causados a esta, pela não observância desta lei, ou que os houverem movido.

Art. 4.º — A Concessionária terá o direito de desapropriação para os predios e terrenos de que precisar para os seus serviços, devendo a Prefeitura representar a Prefeitura, a esse respeito, quando for necessário.

Art. 5.º — Para que a Concessionária tenha todas as facilidades na realização de seu trabalho, a Prefeitura solicitará para ela, das autoridades competentes, as mesmas facilidades que tem a Repartição Geral de Telégrafos para o atendimento de suas linhas.

Art. 6.º — Em épocas de grande calamidade ou de acontecimentos anômalos, que possam perturbar a ordem ou a segurança pública, a Concessionária obedecerá às ordens que a Prefeitura expedir sobre o serviço e contra requisição do Prefeito, tendo, neste caso, o direito a uma indenização que será apurada por arbitros, nomeados conforme o disposto no artigo 13.

Art. 7.º — A Prefeitura requisitará, mediante prévia solicitação da Concessionária, isenção ou redução de direitos aduaneiros para o material necessário ao serviço telefônico do Município, sempre que o Legislativo federal autorizar a concessão de tal favor.

Art. 8.º — No estabelecimento das linhas telefônicas, serão observadas as regras seguintes:

a) — Os condutores, postes, reguas e aparelhos, seja qual for a sua natureza, serão estabelecidos e mantidos a custa e guarda da Concessionária, que se obrigará a adotar o que houver de mais perfeito, nas principais cidades dos diferentes países em que se acha desenvolvida a telefonia.

A Prefeitura poderá exigir a substituição, por material novo e adequado, dos fios oxidados e gastos, das reguas e suportes que, por falta de construção ou por outro qualquer motivo, deixarem de oferecer a segurança prevista, e dos aparelhos e acessórios defeituosos ou de tipo antiquado. Fica, porém, entendido que, se, nesta última hy-

pothese, os aparelhos e acessórios a retirar, ainda puderem ser utilizados em serviço, sem prejuízo da marcha normal e regular do mesmo, por não ter ainda esse material sofrido a sua depreciação usual, a Concessionária só estará obrigada a substituí-lo a custo, depois que forem acordados entre ela e a Prefeitura, a indenização a que tem direito, correspondente ao valor que estes aparelhos e acessórios retirados, ainda teriam em serviço eficiente.

b) — A Concessionária terá o direito de colocar, a juízo da Prefeitura, os seus postes e reguas para a condução de suas linhas e cabos, bem como os seus tubos e canalizações, destinadas à passagem de cabos subterrâneos, nas ruas e praças da cidade, podendo, também, colocar esses tubos e canalizações nos estabelecimentos públicos ou particulares, obtida a permissão dos respectivos administradores ou proprietários de acordo com as disposições que forem dadas pelas autoridades competentes, obrigando-se a todo e qualquer reparo que, nos referidos estabelecimentos, se tornarem necessários, em consequência do assentamento, conserto ou renovação daquelas instalações. Equilamente, quando os postes ou suportes e condutores se apertarem em propriedades ou edifícios públicos ou particulares, deverá a Concessionária obter o consentimento dos administradores ou proprietários dos mesmos, observadas as disposições que forem dadas pelas autoridades competentes. Não caberá compreensão nenhuma, os postes e suportes e condutores colocados na via pública e encostados a qualquer propriedade ou edifício público ou particular, desde que não toquem ao proprietário o livro ou da couva própria, segundo o seu destino. Os postes e os dutos subterrâneos do terceiro poderão ser aproveitados, mediante acordo com estes, para a colocação de fios, cabos e outros aparelhos da Concessionária.

c) — O corte dos galhos das árvores dos logradouros públicos, que interrompam as linhas, só poderá ser feito por determinação da Prefeitura, em consequência de solicitação da Concessionária.

d) — A Concessionária terá o direito de estabelecer tantas estações centrais quantas forem necessárias à regularidade do serviço telefônico, devendo, para esse fim, ouvir a Prefeitura, que, dentro da Rêde Geral definida no artigo 15, poderá exigir a instalação de novas estações centrais, em lugar conveniente, logo que, na prática, seja verificada a insuficiência das existentes.

e) — A Concessionária obrigando-se a não suprimir, durante o prazo do seu contrato, que for assinado de acordo com a presente lei, e sem o consentimento da Prefeitura, nenhuma das estações centrais em serviço.

f) — A Concessionária, dentro do prazo de 30 dias, a contar da data do contrato que for assinado de acordo com a presente lei, apresentará à Prefeitura plantas das estações centrais já estabelecidas e apresentará regularmente, para a respectiva aprovação, os projetos das novas estações centrais a serem erigidas.

g) — A Concessionária terá o direito de instalar as estações centrais de modo permanente, afim de evitar mudanças, das quais resultem interrupções do serviço. Para acompanhar o desenvolvimento do serviço, nos distritos afastados do centro da cidade, terá a Concessionária o direito de estabelecer, em pontos convenientes, as suas estações secundárias, que, pelo plano de desenvolvimento deste serviço, seja indicado o local preferível para a instalação das estações centrais definitivas. As condições técnicas destas estações provisórias, deverão ser tais, que a mudança das mesmas para as estações definitivas não cause interrupção ao serviço.

h) — A Concessionária terá a faculdade de impedir o estabelecimento das linhas telefônicas, que, por qualquer forma, apresentem os necessários requisitos de decoro e higiene.

i) — A Prefeitura terá a faculdade de impedir o estabelecimento das linhas telefônicas, que, por qualquer forma, apresentem os necessários requisitos de decoro e higiene.

j) — A Prefeitura poderá exigir da Concessionária, nas ruas onde as empresas de eletricidade tenham canalização subterrânea a substituição das linhas aéreas, por linhas aéreas subterrâneas, ou por qualquer outro sistema de suspensão de linhas aéreas, que não prejudique o serviço da Concessionária, continuando a correr, a juízo da Concessionária, em pontos ou no longo das paredes dos predios, cuja utilização tenha sido, ou venha a ser, permitida por esta Prefeitura, para a instalação de linhas telefônicas, nos respectivos quarteirões, as linhas ou cabos de telefonia.

k) — Os postes, reguas e outros aparelhos da Concessionária, deverão ser colocados de forma a não produzir estrago ou desarranjo nas redes telefônicas, nas linhas de bondes e nas de distribuição de eletricidade, e de modo que a influência destas últimas linhas não faça sentir nos aparelhos telefônicos da Concessionária.

l) — Para que a Concessionária não seja prejudicada por qualquer motivo, a Prefeitura exigirá das futuras concessionárias de linhas de bondes elétricos, de empresas de eletricidade, organizações com fins industriais ou outros, e bem assim dos quaisquer indivíduos ou corporações industriais, que as instalações a serem feitas em nada prejudiquem o serviço da Concessionária, tornando-se responsável pelos danos causados a esta, pela não observância desta lei, ou que os houverem movido.

m) — A Concessionária terá o direito de desapropriação para os predios e terrenos de que precisar para os seus serviços, devendo a Prefeitura representar a Prefeitura, a esse respeito, quando for necessário.

n) — Para que a Concessionária tenha todas as facilidades na realização de seu trabalho, a Prefeitura solicitará para ela, das autoridades competentes, as mesmas facilidades que tem a Repartição Geral de Telégrafos para o atendimento de suas linhas.

o) — Em épocas de grande calamidade ou de acontecimentos anômalos, que possam perturbar a ordem ou a segurança pública, a Concessionária obedecerá às ordens que a Prefeitura expedir sobre o serviço e contra requisição do Prefeito, tendo, neste caso, o direito a uma indenização que será apurada por arbitros, nomeados conforme o disposto no artigo 13.

p) — A Prefeitura requisitará, mediante prévia solicitação da Concessionária, isenção ou redução de direitos aduaneiros para o material necessário ao serviço telefônico do Município, sempre que o Legislativo federal autorizar a concessão de tal favor.

q) — No estabelecimento das linhas telefônicas, serão observadas as regras seguintes:

a) — Os condutores, postes, reguas e aparelhos, seja qual for a sua natureza, serão estabelecidos e mantidos a custa e guarda da Concessionária, que se obrigará a adotar o que houver de mais perfeito, nas principais cidades dos diferentes países em que se acha desenvolvida a telefonia.

A Prefeitura poderá exigir a substituição, por material novo e adequado, dos fios oxidados e gastos, das reguas e suportes que, por falta de construção ou por outro qualquer motivo, deixarem de oferecer a segurança prevista, e dos aparelhos e acessórios defeituosos ou de tipo antiquado. Fica, porém, entendido que, se, nesta última hy-

pothese, os aparelhos e acessórios a retirar, ainda puderem ser utilizados em serviço, sem prejuízo da marcha normal e regular do mesmo, por não ter ainda esse material sofrido a sua depreciação usual, a Concessionária só estará obrigada a substituí-lo a custo, depois que forem acordados entre ela e a Prefeitura, a indenização a que tem direito, correspondente ao valor que estes aparelhos e acessórios retirados, ainda teriam em serviço eficiente.

b) — A Concessionária terá o direito de colocar, a juízo da Prefeitura, os seus postes e reguas para a condução de suas linhas e cabos, bem como os seus tubos e canalizações, destinadas à passagem de cabos subterrâneos, nas ruas e praças da cidade, podendo, também, colocar esses tubos e canalizações nos estabelecimentos públicos ou particulares, obtida a permissão dos respectivos administradores ou proprietários de acordo com as disposições que forem dadas pelas autoridades competentes, obrigando-se a todo e qualquer reparo que, nos referidos estabelecimentos, se tornarem necessários, em consequência do assentamento, conserto ou renovação daquelas instalações. Equilamente, quando os postes ou suportes e condutores se apertarem em propriedades ou edifícios públicos ou particulares, deverá a Concessionária obter o consentimento dos administradores ou proprietários dos mesmos, observadas as disposições que forem dadas pelas autoridades competentes. Não caberá compreensão nenhuma, os postes e suportes e condutores colocados na via pública e encostados a qualquer propriedade ou edifício público ou particular, desde que não toquem ao proprietário o livro ou da couva própria, segundo o seu destino. Os postes e os dutos subterrâneos do terceiro poderão ser aproveitados, mediante acordo com estes, para a colocação de fios, cabos e outros aparelhos da Concessionária.

c) — O corte dos galhos das árvores dos logradouros públicos, que interrompam as linhas, só poderá ser feito por determinação da Prefeitura, em consequência de solicitação da Concessionária.

d) — A Concessionária terá o direito de estabelecer tantas estações centrais quantas forem necessárias à regularidade do serviço telefônico, devendo, para esse fim, ouvir a Prefeitura, que, dentro da Rêde Geral definida no artigo 15, poderá exigir a instalação de novas estações centrais, em lugar conveniente, logo que, na prática, seja verificada a insuficiência das existentes.

e) — A Concessionária obrigando-se a não suprimir, durante o prazo do seu contrato, que for assinado de acordo com a presente lei, e sem o consentimento da Prefeitura, nenhuma das estações centrais em serviço.

f) — A Concessionária, dentro do prazo de 30 dias, a contar da data do contrato que for assinado de acordo com a presente lei, apresentará à Prefeitura plantas das estações centrais já estabelecidas e apresentará regularmente, para a respectiva aprovação, os projetos das novas estações centrais a serem erigidas.

g) — A Concessionária terá o direito de instalar as estações centrais de modo permanente, afim de evitar mudanças, das quais resultem interrupções do serviço. Para acompanhar o desenvolvimento do serviço, nos distritos afastados do centro da cidade, terá a Concessionária o direito de estabelecer, em pontos convenientes, as suas estações secundárias, que, pelo plano de desenvolvimento deste serviço, seja indicado o local preferível para a instalação das estações centrais definitivas. As condições técnicas destas estações provisórias, deverão ser tais, que a mudança das mesmas para as estações definitivas não cause interrupção ao serviço.

h) — A Concessionária terá a faculdade de impedir o estabelecimento das linhas telefônicas, que, por qualquer forma, apresentem os necessários requisitos de decoro e higiene.

i) — A Prefeitura terá a faculdade de impedir o estabelecimento das linhas telefônicas, que, por qualquer forma, apresentem os necessários requisitos de decoro e higiene.

j) — A Prefeitura poderá exigir da Concessionária, nas ruas onde as empresas de eletricidade tenham canalização subterrânea a substituição das linhas aéreas, por linhas aéreas subterrâneas, ou por qualquer outro sistema de suspensão de linhas aéreas, que não prejudique o serviço da Concessionária, continuando a correr, a juízo da Concessionária, em pontos ou no longo das paredes dos predios, cuja utilização tenha sido, ou venha a ser, permitida por esta Prefeitura, para a instalação de linhas telefônicas, nos respectivos quarteirões, as linhas ou cabos de telefonia.

k) — Os postes, reguas e outros aparelhos da Concessionária, deverão ser colocados de forma a não produzir estrago ou desarranjo nas redes telefônicas, nas linhas de bondes e nas de distribuição de eletricidade, e de modo que a influência destas últimas linhas não faça sentir nos aparelhos telefônicos da Concessionária.

l) — Para que a Concessionária não seja prejudicada por qualquer motivo, a Prefeitura exigirá das futuras concessionárias de linhas de bondes elétricos, de empresas de eletricidade, organizações com fins industriais ou outros, e bem assim dos quaisquer indivíduos ou corporações industriais, que as instalações a serem feitas em nada prejudiquem o serviço da Concessionária, tornando-se responsável pelos danos causados a esta, pela não observância desta lei, ou que os houverem movido.

m) — A Concessionária terá o direito de desapropriação para os predios e terrenos de que precisar para os seus serviços, devendo a Prefeitura representar a Prefeitura, a esse respeito, quando for necessário.

n) — Para que a Concessionária tenha todas as facilidades na realização de seu trabalho, a Prefeitura solicitará para ela, das autoridades competentes, as mesmas facilidades que tem a Repartição Geral de Telégrafos para o atendimento de suas linhas.

o) — Em épocas de grande calamidade ou de acontecimentos anômalos, que possam perturbar a ordem ou a segurança pública, a Concessionária obedecerá às ordens que a Prefeitura expedir sobre o serviço e contra requisição do Prefeito, tendo, neste caso, o direito a uma indenização que será apurada por arbitros, nomeados conforme o disposto no artigo 13.

p) — A Prefeitura requisitará, mediante prévia solicitação da Concessionária, isenção ou redução de direitos aduaneiros para o material necessário ao serviço telefônico do Município, sempre que o Legislativo federal autorizar a concessão de tal favor.

Art. 17 — A Concessionária terá o direito de instalar linhas particulares e privadas, considerando as linhas particulares que, tendo ligação com uma estação central, estiverem situadas fora dos limites da Rêde Geral ou Local, respectiva, e linhas privadas que, ligando diretamente dois ou mais aparelhos, prescindindo da intervenção da estação central.

Art. 18 — O sistema a empregar será o atual ou outro que, aprovado pela Prefeitura, com todos os melhoramentos e requisitos técnicos modernos, realizando todas as condições de um excelente serviço telefônico, sendo de indução elétrica e de quaisquer outros defeitos, e permitindo a transmissão clara da palavra, devendo a Concessionária tomar todas as providências ao seu alcance para garantir o segredo das comunicações telefônicas.

Art. 19 — A Concessionária submeterá à aprovação da Prefeitura, a seu regulamento do serviço, no qual não serão permitidas modificações sem prévia autorização.

Art. 20 — Os preços dos serviços a que se refere a presente lei serão:

I — NA REDE GERAL:

a) — Para cada telefone destinado exclusivamente a serviço de casa de residência particular, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de trezentos e sessenta mil réis (360.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral. Quando, depois de pago um trimestre de assinatura e de decorrido o respectivo prazo, se verificar que o cambio médio desse trimestre foi de mais de cinco mil réis (5.000), a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de trezentos e sessenta mil réis (360.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral. Quando, depois de pago um trimestre de assinatura e de decorrido o respectivo prazo, se verificar que o cambio médio desse trimestre foi de mais de cinco mil réis (5.000), a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de trezentos e sessenta mil réis (360.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

b) — Para cada telefone instalado em escritórios ou consultórios de engenheiros, advogados, médicos, dentistas, parafarmas e farmacêuticos, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral. Quando, depois de pago um trimestre de assinatura e de decorrido o respectivo prazo, se verificar que o cambio médio desse trimestre foi de mais de cinco mil réis (5.000), a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

c) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral. Quando, depois de pago um trimestre de assinatura e de decorrido o respectivo prazo, se verificar que o cambio médio desse trimestre foi de mais de cinco mil réis (5.000), a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

d) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral. Quando, depois de pago um trimestre de assinatura e de decorrido o respectivo prazo, se verificar que o cambio médio desse trimestre foi de mais de cinco mil réis (5.000), a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

e) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral. Quando, depois de pago um trimestre de assinatura e de decorrido o respectivo prazo, se verificar que o cambio médio desse trimestre foi de mais de cinco mil réis (5.000), a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

f) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral. Quando, depois de pago um trimestre de assinatura e de decorrido o respectivo prazo, se verificar que o cambio médio desse trimestre foi de mais de cinco mil réis (5.000), a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

g) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral. Quando, depois de pago um trimestre de assinatura e de decorrido o respectivo prazo, se verificar que o cambio médio desse trimestre foi de mais de cinco mil réis (5.000), a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

h) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral. Quando, depois de pago um trimestre de assinatura e de decorrido o respectivo prazo, se verificar que o cambio médio desse trimestre foi de mais de cinco mil réis (5.000), a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

i) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral. Quando, depois de pago um trimestre de assinatura e de decorrido o respectivo prazo, se verificar que o cambio médio desse trimestre foi de mais de cinco mil réis (5.000), a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

j) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral. Quando, depois de pago um trimestre de assinatura e de decorrido o respectivo prazo, se verificar que o cambio médio desse trimestre foi de mais de cinco mil réis (5.000), a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

k) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral. Quando, depois de pago um trimestre de assinatura e de decorrido o respectivo prazo, se verificar que o cambio médio desse trimestre foi de mais de cinco mil réis (5.000), a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

l) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral. Quando, depois de pago um trimestre de assinatura e de decorrido o respectivo prazo, se verificar que o cambio médio desse trimestre foi de mais de cinco mil réis (5.000), a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

m) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral. Quando, depois de pago um trimestre de assinatura e de decorrido o respectivo prazo, se verificar que o cambio médio desse trimestre foi de mais de cinco mil réis (5.000), a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

II — NA REDE LOCAL:

a) — Para cada telefone de extensão que o assinante de qualquer categoria tenha para seu uso exclusivo no mesmo edifício, e derivado de uma sua linha geral, a taxa de assinatura anual será de cem mil réis (100.000).

b) — As taxas fixas anuais a que se referem as alíneas a), b), c) e d) do número II, a) e b) do número II, e das demais alíneas, tudo do presente artigo, não serão pagas apenas os telefones de parede, sendo permitido à Concessionária cobrar mais a taxa de visita e cinco mil réis (5.000), de assinatura anual para cada telefone de parede.

c) — A Concessionária terá o direito de cobrar uma taxa de instalação de cinco mil réis (5.000), de visita e cinco mil réis (5.000), de assinatura anual para cada telefone de parede.

d) — A Concessionária terá o direito de cobrar vinte mil réis (20.000), para cada nova ligação de uma linha telefônica, quando a mesma tiver sido desligada por falta de pagamento, ou indevidamente, ou por qualquer outra causa, a taxa cobrada pela transferência da responsabilidade da assinatura a terceiros.

e) — A Concessionária terá o direito de cobrar visita e cinco mil réis (5.000), para mudança de um aparelho, no mesmo edifício de um para outro aparelho, e de dez mil réis (10.000) para mudança de um aparelho, no mesmo edifício, a que se refere a presente lei.

f) — Se o assinante quiser que seja retirado ou desligado o telefone antes do término do prazo de assinatura correspondente ao último pagamento realizado, nenhum abatimento lhe será feito pelo tempo que faltar para término deste prazo, seja qual for a categoria do telefone em questão, e qualquer que tenha sido a forma de pagamento aceita pela Concessionária.

g) — A não comunicação em tempo hábil ao suporte que o assinante deseja renovar a sua assinatura.

h) — O assinante não poderá intervir nos aparelhos e acessórios telefônicos pertencentes à Concessionária, nem consentir que pessoas estranhas ao serviço da mesma o façam. Não poderá também colocar em linha quaisquer instrumentos, acessórios, derivações ou linhas de extensão, as quais só poderão ser instaladas pela Concessionária, ficando o aparelho e os acessórios da Concessionária sob a guarda e responsabilidade do respectivo assinante, que por elles responderá.

No caso de infração do disposto nesta alínea, terá a Concessionária o direito de desligar e retirar os seus aparelhos, acessórios, linhas, de extensão e de suspender o respectivo serviço telefônico, ficando o assinante responsável perante a Concessionária pelos prejuízos e despesas causados por tal infração.

i) — O assinante que se vergar de seus aparelhos, para correspondência que não sejam de sua família ou empregado, ou que seja contrária a moral, aos bons costumes e a ordem e segurança pública, perderá a sua assinatura e o direito de desligar e retirar os seus aparelhos, acessórios, linhas, de extensão e de suspender o respectivo serviço telefônico, ficando o assinante responsável perante a Concessionária pelos prejuízos e despesas causados por tal infração.

j) — A Concessionária poderá recusar as assinaturas e comunicações que lhe pareçam prejudiciais à segurança do Estado e da União.

k) — Os assinantes que não observarem os bons costumes, tendo por isso comprometido o direito de recorrer para a Prefeitura.

l) — As taxas fixas anuais estabelecidas neste artigo serão aplicadas somente às linhas construídas dentro dos limites da Rêde Geral e da Rêde Local, conforme o disposto no artigo 17.

m) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

n) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

o) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

p) — Para cada telefone instalado em escritórios, agências, negócios e casas comerciais em geral, a taxa de assinatura anual, cobrada por quotas trimestrais adiantadas, será de quatrocentos e oitenta mil réis (480.000), sem limite de número de telefonemas dentro da Rêde Geral.

Art. 21 — Fica estabelecido que, a partir da data da assinatura do contrato que for celebrado de acordo com a presente lei, ou da data da fundação de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

Art. 22 — Decorridos os quarenta (40) anos do prazo da presente concessão, mencionada no art. 2.º desta lei, poderá a concessionária continuar a explorar o serviço telefônico no Município, de acordo com o regulamento estabelecido pela Câmara Municipal, ficando o entendimento, porém, que as taxas do serviço continuaram a ser pagas de cinco (5) em cinco (5) anos, conforme o disposto no artigo IV do art. 2.º desta lei.

Art. 23 — Revogam-se as disposições em contrário.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito do Município de São Paulo, 15 de abril de 1926, 23

PROFESSOR
Professores em um dos mais importantes estabelecimentos de ensino de S. Paulo, tendo horas ilimitadas, oferecem-se para aulas particulares a domicílio. Cartas, por favor, a W. G. A. sexta-feira.

PROFESSOR A. G. ORNELLI
Preparatórios, seriados e contábeis. Rua Ribeiro de Lima, n. 53. — Tel. — Tel. 8088.

HOTEIS E PENSOES

PENSAO LO DE MAIO
Rua do Theatro, n. 15
Acoltamos pensionistas internos e externos, quartos para casal e solteiros. Preço módico. Acoltamos marmulas.

PENSAO

Dá-se, interna e externa, a rapazes e casais. Quarto de frente com 2 e 3 janelas. Rua Blachuelo, 23.

TERRENOS

A PRESTACAO

Na Villa 15 do Novembro, vendem-se lindos lotes de terrenos a prestação, o comprador dá o dinheiro para construção de casa no mesmo terreno, depois de ter pago a primeira prestação. Qualquer pessoa pode ficar proprietária de casa pagando mensalmente a prestação de mesmo valor que paga por um quarto ou dois. Assim ficam sendo proprietários sem esforço nenhum. Não precisam dar caução. Prêmio pelo mesmo das 15 de 17 horas, com J. Ayoub. Avenida Rangel Pestana, 92, 2º andar, sala 2, entrada no lado da rua Caxias Pinto, n. 2.

VENDEAS

MOVENS ARTISTICOS
Por motivo de mudança vendem-se um buffet e um egrégio estilo português, ver e tratar, Rua Solon, n. 15, Dom Retiro.

ALTO NEGOCIO

Em florimento e movimento, atividade de importante cidade servida pela Central do Brasil, vendem-se um pequeno armazém de secos e molhados e o respectivo prédio. O armazém é já bem afilhado, e presta-se para ser desmontado com vendas por atacado, bastando fazer pequeno aumento no preço. Para isso dispõe de terreno suficiente. E' bon zona para compra de cereais, aves e todos os demais produtos da lavoura. O prédio tem água encanada, luz elétrica e bom climat, prestado para a criação de aves. O pretendente poderá dirigir-se por carta a caixa postal, 15, Caxapava, Estado de S. Paulo.

AOS DENTISTAS DO INTERIOR E DA CAPITAL

Vende-se um gabinete dentário com toda a farmácia: cadeiras, escarificadora, motor e braco — de fabricação White, e toda a ferragem de primeira. — Rua Major Detaviano, 70. — São — São.

Aos srs. industriaes

Vende-se uma fabrica de calçados, funcionando em prédio próprio, completamente montada, com ótima clientela e já bastante conhecida no interior, ou aceita-se um sócio com capital e que tenha profundo conhecimento do ramo, para assumir a gerencia. 30 mil fôrta negocio que não deseja mesquinha comprar, pois as vantagens são excepcionais e o motivo da venda é o proprietário não entender de industria. Negocio sério e urgente. Informações detalhadas com José Marcelino Sobrinho & Cia. Rua Carlos de Camplinas, n. 22. Telefone, 248. End. Telegrafico "Marcelinos". (Estado de S. Paulo), Limeira.

MOINHOS DE FUBA

Vende-se 8 moinhos com motor electrico, 24 H. P., transmissões e demais pertencentes. Rua Hippodromo, 237.

LEITERIA E CONFETARIA

Vende-se leiteria e confitaria, ótimo movimento, em José Paulino, 154. — Fuzes qualquer negocio, sendo o motivo da venda o proprietário retirar-se urgente para o interior.

DIVERSOS

DECLARACAO

Declaro que perdi as chaves das apólices da Divida Publica do Estado de S. Paulo, do valor nominal de 500.000, serie 3a, n. 9.033 a 10.000 e serie 7a, n. 9.991 a 10.001, no todo 15 apólices nominadas que ficam de nenhum efeito.

Guilherme Barbosa de Oliveira

COMPRADOR A COMISSAO

Rapaz com grandes conhecimentos da zona da Sorocabana, assim como de commercio, offerece-se para comprar a comissão, alfafa, algodão, orelhas, café e outros produtos da lavoura. Referência de sua idoneidade — Acoltamos representação na mesma zona. Escreva a "Representante", Ourinhos.

Patentes de invenção

Realiza o exame, aprovação do preparador, compra e venda de Imoveis hypothecados. Dr. José Gonçalves, advogado, al. Barão de Limeira, 85. Tel. 8445.

CIRURGIA EM GERAL, 12 PARTOS

DR. ADHEMAR NOBRE

Chefe de cirurgia da Beneficência Portuguesa. — Operações de pequena e alta cirurgia sob narcose. R. Libero Badur, 12, das 16 às 17 horas. — Telephone 2861. Cidade e 614. Central.

PIANOS E MOBILIAS

Lustram-se com perfeição. Dr. Luiz Barretto, 17, Tel. Avenida 1068.

PROMESSA

Uma senhora que sofreu longa e grave doença de brônquias e asma sua irmã de peritiza tosse, no cumprimento de uma promessa, offerece-se a ensinar o remédio que a curou. Cartas a sra. Adelia Rocha, caixa postal, 142, Porto Alegre.

ANNUNCIOS

AUTO PARTICULAR

Vende-se uma linda Limousine de luxo, HOT-KISS, em perfeito estado. Ver e tratar na Alameda Eduardo Prado, 5.

HOTEL GUANABARA

RUA DA LAPA, N. 101 e 103 RIO DE JANEIRO
Atendimento de primeira ordem. Completamente reconstruído de acordo com os melhores no genero. End. Teleg. Hotel Guanabara. Rio — GARCIA, CAMPOS & SUAREZ, proprietários.

FERIDAS DE TODA ESPECIE

BALSAO HOMOGENEO SYMPHYNO
DE PEDRO GARBELLA
GOLPES QUEIMADURAS
LUCIFERINA E NITRATO DE BORO

Dep. P. de Araujo & Cia. — S. Pedro, 82 — RIO

Ferro em barra

QUADRADO, REDONDO, CHATO, GRANDE STOCK

LION & CIA.

CAIXA 44 — S. PAULO

PROMESSA

Um cavalheiro que se curou de uma asma torçiva, offerece gratuitamente como consequencia curativa. Escrever para N. Muelino — R. do Theatro, 36. — S. Paulo.



PREMIADO

"FOGAO BRASIL"

Garantimos, com superior de demais marcas, em funcionamento, economia, durabilidade e segurança. Fabricamos e reformamos qualquer tipo de fogão, usamos gás a. m. perfeccionados, por preços vantajosos. — FRODOES A

LA REGINA & CIA.

Ladeira Santa Epitaphia n. 30-A. — Paulo — Telephone Cidade, 6884.

ENVIAMOS CATALOGOS



MONTE DE SOCCORRO DO ESTADO DE SAO PAULO

CREADO PELA LEI N. 2010
RUA ALVARES PENTEADO, N. 10

PENHOES sobre joias, metacos e pedras preciosas. Juros de 0 olo ao anno.

EMPRESTIMOS sob garantia de titulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou pela União, a juros de 7 olo ao anno.

EMPRESTIMOS AO FUNCIONALISMO DO ESTADO sob garantia de vencimentos, a funcionarios civis ou militares, ativos ou inativos, a juros de 9 olo ao anno.

DAS 11 E MEIA HORAS A'S 14 E MEIA

Rheumatismo e syphilis terciaria

Atento que tenho com excelentes resultados o

ELIXIR DE NOGUEIRA

do pharmaceutico chimico João da Silva Silveira, com casos de syphilis terciaria e de rheumatismo syphilitico. Bahia, 18 de julho de 1916.
Dr. Josino Corrêa Coutas — Catharina, na Faculdade de Medicina da Bahia.

Companhia Mogyana de Estradas de Ferro

TARIFA MOVEL

Durante o mez de maio de 1926, vigorará nesta Estrada a taxa cambial de 12 ds. por 1000, equivalente ao aumento do 40 olo sobre as bases das tabelas 3, 3-A, 3-B, 3-C e 3-D.

THEATRO MUNICIPAL

HOJE - A's 21 hs. - HOJE

THEATRO SANT'ANNA

Empres. N. Vigliani — Phono Central, 2244

Grande Companhia Italiana de Operetas CLARA WEISS

HOJE - 8a. feira, 27 - HOJE

As 20 e 24

2a. representação da encantadora opereta em 3 actos

LA BAYADERA

Brilhante desempenho de toda a companhia

Preços (incl. imposto): — Frizes, 50¢ — Camarotes, 45¢ — Poltronas e balcoes, 10¢ — Galerias numeradas, 4¢ — Bilhetes a venda, na bilheteria do theatro das 10 horas em diante.

Amanha — SCUGNIZZA.

A seguir — KATYA, LA BAILARINA, terceira novidade da temporada.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

Preço dos bilhetes a venda no theatro Municipal:

Frizes e camarotes, 120¢ — Poltronas e balcoes, 20¢ — Galerias de "fóyer", 15¢ — Galerias e amphi-theatros, 6¢.

COMPANHIA PREDIAL PAULISTA

"A INTERNACIONAL"

Edif. Rua do Theatro, 3 — SAO PAULO
Relato das cadernets contempladas no portio realiado no dia 30 de abril de 1926, pela Loteria Federal

SERIE "A-B-D" 100.000 SORTEIO

10.000.000 — 1.º Prêmio — um prédio a cantaria n.º 3874.

1.000.000 — 2.º — um terreno a cantaria n.º 1932,

1.000.000 — 3.º — um terreno a cantaria n.º 5607,

1.000.000 — 4.º — um terreno a cantaria n.º 5737.

IMPORTANTISSIMO

Os premios das serie "A-B-D" serão liquidados de accordo com o artigo oitavo do Regulamento,

PARA PROSPECTOS E MAIS INFORMACOES, DIRIJAM-SE A

SEDE OU A'S AGENCIAS

Rua Paulo, 30 de abril de 1926.

O Edital do Governo Federal

RUY DE CAMARGO

LINIMENTO GENEAU

Para os Cavallos e Mulas

Supressão de fôgo

40 Anos de Exito

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

Supressão de fôgo

DESNATADEIRA

AMERICANA

"THE KING"

A desnatadeira mais simples, mais moderna, mais aperfeiçoada e mais economica que até hoje se tem fabricado.

Temos para 100 — 130 — 200 — 330 e 440 litros por hora.

Tambem temos latas para transporte do leite e baldes para leite.

PEÇAS PRECOS E MAIS INFORMACOES A

Telles, Irmão & Cia.

RUA FLORENCIO DE ABREU, 5 — CAIXA POSTAL 1721

SAO PAULO

SAO PAULO